



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
ESTRATÉGIA EMPRESARIAL - PPGDEE



LINHA DE PESQUISA:
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SISTEMA FINANCEIRO: UM ESTUDO DE
CASO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE NA REGIÃO IMEDIATA DE
MONTES CLAROS ENTRE 2019 E 2022**

DANILO MAGNO SOUSA MENDES

Montes Claros (MG)

Maior de 2025

DANILO MAGNO SOUSA MENDES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO SISTEMA FINANCEIRO:
ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE**

Dissertação submetida a Defesa de Dissertação como requisito final para obtenção do título de Mestre, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial – PPGDEE da Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientadora: Tânia Marta Maia Fialho

Coorientador: João Guilherme Magalhães-Timotio

Montes Claros (MG)

Mai de 2025

Mendes, Danilo Magno Sousa.

M538r Responsabilidade social no sistema financeiro [manuscrito]: um estudo de caso do programa AABB Comunidade na região imediata de Montes Claros entre 2019 e 2022 / Danilo Magno Sousa Mendes – Montes Claros (MG), 2025.

64 f. : il.

Bibliografia: f. 55-63.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial/PPGDEE, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Marta Maia Fialho.

Coorientador: Prof. João Guilherme Magalhães-Timotio.

1. Responsabilidade social corporativa (RSC). 2. Sistema financeiro. 3. Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) - Comunidade - Montes Claros (MG). 4. Desenvolvimento social. I. Fialho, Tânia Marta Maia. II. Magalhães-Timotio, João Guilherme. III. Universidade Estadual de Montes. IV. Título. V. Título: Um estudo de caso do programa AABB Comunidade na região imediata de Montes Claros entre 2019 e 2022.

DANILO MAGNO SOUSA MENDES

**RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO SISTEMA FINANCEIRO:
ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA AABB COMUNIDADE**

Dissertação submetida a Defesa de Dissertação como requisito final para obtenção do título de Mestre, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial – PPGDEE da Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientadora: Tânia Marta Maia Fialho

Coorientador: João Guilherme Magalhães-Timotio

Data de aprovação: / /

Banca avaliadora:

Professora Dra. Tânia Maria Marta Fialho / Orientadora (PPGDEE-Unimontes).

Professor Dr. João Guilherme Magalhães-Timotio / Coorientador (Unimontes).

Professor / Avaliador interno (Unimontes).

Professor / Avaliador externo.

Montes Claros (MG)

Mai de 2025

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e à colaboração de pessoas muito especiais, às quais expresso aqui minha profunda gratidão. À minha orientadora, **Profª Tânia**, pela orientação segura, pela escuta atenta e pelas valiosas contribuições ao longo de toda a jornada. Sua dedicação e comprometimento foram fundamentais para a construção deste trabalho. Ao meu co-orientador, **Prof. João Guilherme**, pelo apoio técnico, pelas sugestões pertinentes e pelo incentivo constante ao pensamento crítico. À minha família, minha base e meu alicerce, agradeço imensamente pela paciência, compreensão e amor. À **Jordana**, por estar ao meu lado em todos os momentos, dividindo sonhos e desafios. Ao **Caio** e ao **Lucas**, meus grandes tesouros, por me ensinarem diariamente sobre amor incondicional e por entenderem, mesmo com pouca idade, minha ausência em tantos momentos.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta etapa fosse concluída, o meu sincero muito obrigado.

RESUMO

Este estudo investiga a prática de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor financeiro, com foco no Programa AABB Comunidade na Região Imediata de Montes Claros. A pesquisa objetiva avaliar o impacto do programa na inclusão social e no desenvolvimento sustentável, analisando publicações dos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil entre 2019 e 2022. Os resultados indicam que o programa contribui para o desenvolvimento social e educacional das comunidades atendidas, ainda que enfrente desafios de financiamento e infraestrutura.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa, Sistema Financeiro, AABB Comunidade, Desenvolvimento Social, Montes Claros.

ABSTRACT

This study examines Corporate Social Responsibility (CSR) practices in the financial sector, focusing on the AABB Community Program in the Immediate Region of Montes Claros. The research aims to assess the program's impact on social inclusion and sustainable development, analyzing Social Balance Sheets published by the Banco do Brasil Foundation between 2019 and 2022. Results show that the program contributes to social and educational development in the communities it serves, although it faces funding and infrastructure challenges.

Keywords: Corporate Social Responsibility, Financial System, AABB Community, Social Development, Montes Claros.

LISTA DE SIGLAS

- AABB:** Associação Atlética Banco do Brasil
- ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCSA:** Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CMDCA:** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- COPOLCO:** Comitê de Política do Consumidor
- FBB:** Fundação Banco do Brasil
- FEBRABAN:** Federação Brasileira de Bancos
- FENABB:** Federação Nacional das AABBs
- GRI:** *Global Reporting Initiative* (Iniciativa Global de Relatórios).
- ISP:** Investimento Social Privado
- ISO:** *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização)
- NBR:** Norma Brasileira Regulamentadora
- ODS:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OIT:** Organização Internacional do Trabalho
- ONG:** Organização Não Governamental
- PPGDEE:** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial
- PRB:** Princípios para um Banco Responsável
- RSC:** Responsabilidade Social Corporativa
- RSE:** Responsabilidade Social Empresarial
- SAI:** *Social Accountability International* (Responsabilidade Social Internacional)
- TCFD:** *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima)
- UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNEP:** *United Nations Environmental Programme* (Programa Ambiental das Nações Unidas).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da pirâmide de RSC elaborada por Carroll.....	22
Figura 2 - Principais temas da ISO 26000.....	31
Figura 3 - Funcionamento do Programa.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios do programa	35
Quadro 2 - Estrutura do planejamento da coleta de dados	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. REVISÃO DA LITERATURA.....	18
1.1. A evolução da responsabilidade social	18
1.2. Conceitos e definições sobre Responsabilidade Social	21
1.3. A Responsabilidade Social no setor financeiro	23
1.4. Importância da Responsabilidade social e o Desenvolvimento Sustentável	25
1.5. Abordagem econômica sobre a Responsabilidade Social Empresarial	26
1.6. Acordos e Normas sobre Responsabilidade Social	30
1.7. Responsabilidade Social x Filantropia	33
1.8. O Programa AABB Comunidade	35
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
2.1. Classificação da pesquisa	37
2.2. Universo, amostra e sujeitos da pesquisa	38
2.3. A coleta de dados.....	39
2.4. O processamento e tratamento dos dados.....	41
2.5 Limitações Metodológicas.....	42
3. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	44
3.1.1. Objetivos Estratégicos e Alinhamento do Programa com a Responsabilidade Social Corporativa	44
3.1.2. Desafios de Implementação e Seleção de Localidades	45
3.1.3. Avaliação de Impacto Social	45
3.1.4. Sustentabilidade Financeira e Estratégias para Continuidade	46
3.1.5. Desafios e Oportunidades de Expansão.....	46
3.1.6. Sustentabilidade e Futuro do Programa.....	47
3.1.7. Considerações Finais da análise da Fundação Banco do Brasil (FBB).....	47
3.2. Análise da Federação Nacional das AABBs	48
3.2.1. Impacto Social do Programa AABB Comunidade.....	48

3.2.2. Metodologias de Avaliação de Impacto Social	48
3.2.3. Indicadores de Sucesso	49
3.2.4. Sustentabilidade Financeira do Programa AABB Comunidade.....	49
3.2.5. Modelos de Financiamento e Sustentabilidade	49
3.2.6. Foco na Qualidade em Detrimento da Quantidade.....	50
3.4. Desafios Regionais e Oportunidades de Expansão.....	50
3.4.1. Desafios em Montes Claros	51
3.4.2. Considerações finais acerca da pesquisa em Montes Claros	51
4. CONCLUSÃO.....	52
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXO A.....	64

INTRODUÇÃO

A interação entre empresas e sociedade representa um contrato social dinâmico que se transforma ao longo do tempo. A sociedade não apenas valida a existência das empresas, mas detém o direito de ajustar suas expectativas conforme evoluem as condições sociais. Diante das transformações sociais, as empresas são instigadas a se adaptar às novas demandas do mercado e da sociedade, reconhecendo a necessidade de responder prontamente às mudanças em curso (Bertoncello; Chang Júnior, 2007).

Segundo Carroll (1979), a Responsabilidade Social só foi formalmente reconhecida como um tema de estudo nas organizações a partir do início do século XX. No entanto, as primeiras obras significativas surgiram apenas na década de 1950, com destaque para o trabalho de Howard R. Bowen¹ em 1953. Na década seguinte, houve uma importante contribuição da religião para o campo. Nos anos 1970, ocorreu um aumento significativo da participação das empresas em questões sociais, marcando o surgimento dos primeiros modelos empíricos sobre o tema. Além disso, nas últimas décadas, o tema ganhou mais relevância no contexto corporativo devido ao aumento das exigências dos consumidores diante do impacto ambiental causado pela expansão produtiva do capitalismo (Zanitelli, 2013).

No Brasil, o tema da Responsabilidade Social (RS) passou a ganhar destaque a partir da década de 1990, com o surgimento de movimentos sociais e políticos buscando uma postura mais humanizada das organizações. Neste período, diversos movimentos surgiram no país, visando a ética na política, durante o governo de Fernando Collor. Além disso, a Conferência Rio 92 trouxe temas ambientais para o centro das discussões na agenda política mundial. Campanhas sociais contra a fome, como a liderada pelo sociólogo e ativista brasileiro Herbert de Souza, conhecido como Betinho, como a "Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida", e o fortalecimento de movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, partidos políticos, sindicatos, ONGs e instituições de ativismo ambiental, contribuíram para esse cenário. Essa evolução refletiu em uma mudança nas práticas e na percepção pública das organizações, ressaltando a importância de um compromisso por parte delas com valores éticos e responsabilidade social (De Benedicto, 2002; Instituto Ethos, 2003; Stadler; Arantes; Halicki, 2014; Perseguini, 2015; Caldas, 2016).

¹ Para mais informações sobre Howard R. Bowen, economista americano e precursor nos estudos sobre Responsabilidade Social, consulte: University of Illinois. **Howard R. Bowen**. Disponível em: <https://economics.illinois.edu/spotlight/historical-faculty/bowen-howard-r>. Acesso em: 21 dez. 2023.

Segundo Melo Neto e Froes (2002), a Responsabilidade Social é concebida como a iniciativa das organizações em transformar sua postura diante das demandas sociais da sociedade. Nessa perspectiva, o autor destaca que essa mudança se manifesta durante a transição de uma visão de comércio puramente voltado para o lucro para uma visão de comércio social, onde as empresas reconhecem e integram em suas práticas valores e ações que promovem o bem-estar da sociedade como um todo.

No que se refere à interação entre a organização e seus *stakeholders*, a RS emerge da concepção de uma administração pautada por ética e transparência. Essa abordagem se apoia em valores e princípios que estabelecem mecanismos eficazes de diálogo com uma variedade de públicos, incluindo funcionários, fornecedores, acionistas, entidades governamentais, sociedade, clientes, comunidades, meio ambiente e até mesmo concorrentes. Além disso, para os autores a ética desempenha um papel essencial na construção de relações éticas e na promoção do desenvolvimento social, evidenciando-se como um componente vital no contexto da Responsabilidade Social e na conduta das organizações (Maximiliano, 2000; Soares, 2004).

Em suma, a Responsabilidade Social representa a iniciativa das organizações em alterar sua abordagem diante das demandas da sociedade. Essa transformação tem início em mudanças éticas internas nas organizações e resulta em impactos positivos externos para a sociedade como um todo (Carlos; Morais, 2021; Leal Filho, *et al.*, 2024).

O contrato social em constante evolução entre empresas e sociedade reflete as mudanças sociais e condições socioeconômicas ao longo do tempo. Contudo, esse processo apresenta um desafio significativo para as organizações, especialmente as de natureza privada: encontrar um equilíbrio entre seus objetivos econômico-financeiros e as expectativas da sociedade (Reis, 2007; Zhao *et al.* 2021; Pfajfar *et al.* 2022). Nesse contexto, as organizações estão diante de uma significativa transformação social, na qual são exigidas a criação de valor a longo prazo para diversas partes interessadas, como clientes, funcionários e fornecedores e da comunidade como toda. E é esperado pela sociedade que essas organizações dediquem atenção equitativa ao desenvolvimento econômico e ambiental (Kumar; Christodouloupoulou, 2014).

Nesse contexto, de acordo com Salvino (2015) e Oliveira (2019), o programa AABB Comunidade surge como resposta por parte do Banco do Brasil à sociedade, reforçando sua atuação empresarial como apoiadora de políticas públicas que buscam estabelecer posturas alinhadas ao apoio e desenvolvimento sustentável do país.

Segundo Salvino (2015), os propósitos do programa são direcionados para atender crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idades entre sete e dezoito anos incompletos,

provenientes de famílias com recursos financeiros limitados e matriculados em instituições de ensino públicas.

A crescente preocupação com questões sociais e educacionais tem levado muitas organizações a adotarem práticas de Responsabilidade Social Corporativa como parte de suas estratégias de atuação (Melo Neto, 2002; Fundação Abrinq, 2023; Pinheiro; Pinheiro; Paiva, 2023).

Nesse sentido, o programa "AABB Comunidade" se destaca como um exemplo significativo de RSC, concentrando-se na promoção do desenvolvimento social e educacional em comunidades específicas (AABB Comunidade, 2023). No entanto, apesar de sua importância, não há estudos sobre os resultados do programa na Região Imediata de Montes Claros. Essa região específica, representativa de várias comunidades atendidas pelo programa, oferece um cenário propício para examinar de perto a implementação e os resultados dessas práticas, contribuindo para uma compreensão mais completa de seu impacto e potencialidades.

Assim, diante desse contexto, surge a necessidade de investigar mais detalhadamente as práticas de RSC exemplificadas pelo programa "AABB Comunidade" e compreender seus efeitos no desenvolvimento social e educacional, especialmente na Região Imediata de Montes Claros. Nesse contexto, a presente pesquisa visa aprofundar a compreensão sobre a implementação e os resultados alcançados das práticas de Responsabilidade Social no sistema financeiro, concentrando-se no estudo de caso do programa AABB Comunidade².

O objetivo geral da pesquisa será investigar o impacto do programa social "AABB Comunidade" nas unidades da Região Imediata de Montes Claros e analisar as publicações dos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil entre 2019 e 2022, proporcionando uma visão mais detalhada de seus resultados. Atualmente, o programa conta com 193 AABBs conveniadas, consolidando sua presença em diversas localidades. Desde sua criação em 1987, mais de 1 milhão de crianças e adolescentes foram beneficiados, testemunhando o alcance significativo desse projeto ao longo dos anos.

Os objetivos específicos deste estudo abrangem: *i*) verificar como a Responsabilidade Social está sistematizada e como integra a estratégia geral da Organização; *ii*) avaliar os resultados alcançados pelo programa AABB Comunidades na Região Imediata de Montes Claros; *iii*) identificar que objeções impedem o desenvolvimento do programa em cidades que não possuem; *iv*) investigar a percepção e a participação dos *stakeholders*, como a comunidade

² Programa social da Associação Atlética Banco do Brasil que promove a integração entre escola, família e comunidade. Disponível em: <<https://aabbcomunidade.com.br/>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

local, colaboradores e lideranças, em relação à responsabilidade social do programa. v) desenvolver um relatório técnico conclusivo em formato de *e-book*, de acordo com os critérios técnicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - (CAPES).

O relatório abordará os resultados da pesquisa, destacando o impacto do programa "AABB Comunidade" na Região Imediata de Montes Claros e a análise dos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil entre os anos de 2019 e 2022. Serão apresentadas as metodologias utilizadas, os principais resultados obtidos e uma discussão aprofundada sobre as descobertas, incluindo informações chave sobre a integração da Responsabilidade Social na estratégia da organização, a eficácia do programa em nível local, as objeções identificadas e a percepção dos *stakeholders*. Além disso, o relatório fornecerá recomendações para futuras ações e investimentos, visando aprimorar ainda mais os resultados e o impacto do programa "AABB Comunidade". Por meio desses objetivos específicos, o presente estudo busca analisar os resultados do programa "AABB Comunidade" na Região Imediata de Montes Claros, utilizando os Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil entre 2019 e 2022 como base. Isso contribuirá para fornecer informações valiosas sobre a eficácia do programa em promover o desenvolvimento social e educacional local. Com essa análise detalhada, será possível identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria, ajudando a direcionar recursos e esforços de maneira mais eficiente para maximizar o impacto positivo na comunidade. Em última análise, esse conhecimento contribuirá para o aprimoramento contínuo do programa e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A justificativa para a escolha deste tema reside na crescente busca das instituições do setor financeiro em implementar políticas de responsabilidade social para atender às novas demandas da sociedade. Diante de um contexto em constante evolução, onde as expectativas sociais e ambientais estão em mudança, as organizações financeiras reconhecem a importância de assumir um papel proativo na promoção do bem-estar social e na busca pela equidade de oportunidades.

Nesse contexto, o programa "AABB Comunidade" é uma iniciativa promovida pela Fundação Banco do Brasil em parceria com a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), cuja atuação abrange uma série de ações voltadas para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, envolvendo atividades educacionais, culturais, esportivas e de saúde. Nos últimos 10 anos, o programa AABB Comunidade demonstrou um compromisso sólido com projetos socioambientais, investindo expressivos 2,6 bilhões de reais. Esses investimentos foram traduzidos em mais de 10 mil iniciativas, alcançando mais 6,6 milhões de pessoas e impactando 2,7 mil municípios.

No entanto, apesar de sua relevância e longa trajetória, ainda há lacunas a serem preenchidas no que diz respeito à compreensão dos resultados efetivos desse programa específico. É necessário investigar mais profundamente como a responsabilidade social é integrada e operacionalizada no contexto do sistema financeiro, bem como analisar de que forma o programa "AABB Comunidade" tem contribuído para o desenvolvimento das comunidades atendidas.

Além disso, ao concentrar o estudo na Região Imediata de Montes Claros, busca-se trazer uma análise mais localizada e contextualizada, levando em consideração as particularidades socioeconômicas e culturais dessa região específica.

Considerando que o programa social "AABB Comunidade" tem sido implementado em diversas localidades desde 1987, beneficiando mais de 1 milhão de crianças e adolescentes, e que a Fundação Banco do Brasil publica Balanços Sociais detalhando suas atividades e resultados, é possível hipotetizar que o programa tem um impacto positivo na Região Imediata de Montes Claros. Esta hipótese baseia-se na premissa de que a integração da Responsabilidade Social na estratégia geral da organização promove a eficácia do programa, levando a resultados favoráveis em termos de desenvolvimento social e educacional. Além disso, considerando que serão analisadas as percepções e participações dos *stakeholders* locais, espera-se que o envolvimento da comunidade, colaboradores e lideranças contribua para o sucesso e sustentabilidade do programa.

O estudo sobre Responsabilidade Social no Sistema Financeiro, com destaque para o Programa AABB Comunidade, é impulsionado por diversas razões de importância significativa. Em primeiro lugar, a Responsabilidade Social é reconhecida como uma demanda crucial para as corporações contemporâneas, sobretudo no setor financeiro, devido à sua marcante influência na dinâmica social e econômica. Compreender como essa responsabilidade é integrada nesse contexto é essencial para uma análise abrangente do impacto dessas instituições nas comunidades atendidas.

A escolha do Programa AABB Comunidade como estudo de caso é fundamentada em sua notoriedade nacional. Desenvolvido pela Associação Atlética Banco do Brasil, o programa vai além das obrigações tradicionais, buscando promover o desenvolvimento integral das comunidades por meio de ações sociais e educativas. A análise minuciosa deste caso fornece uma perspectiva valiosa sobre como as instituições financeiras podem contribuir efetivamente para o bem-estar social.

A escolha da Região Imediata de Montes Claros como foco do estudo para avaliação do Programa AABB Comunidade é respaldada por diversos motivos estratégicos e relevantes.

Destacam-se os seguintes pontos que justificam essa seleção: a região se destaca pela sua representatividade demográfica e geográfica, englobando uma considerável diversidade de características urbanas e rurais. A presença distribuída das unidades do programa nessa área específica proporciona uma oportunidade única para uma análise mais aprofundada e minuciosa dos impactos e resultados alcançados. A facilidade logística e acesso são aspectos relevantes, visto que a localização geográfica da região facilita o deslocamento da equipe de pesquisa, otimizando recursos e viabilizando uma coleta de dados mais eficiente. A diversidade socioeconômica presente nesse contexto oferece informações valiosas sobre a capacidade de adaptação do Programa AABB Comunidade e sua contribuição para o desenvolvimento em contextos diversos. Adicionalmente, a escolha da Região Imediata de Montes Claros como foco da pesquisa ganha ainda mais relevância caso existam objetivos estratégicos específicos relacionados a políticas públicas, desenvolvimento comunitário ou outras metas institucionais. Essa seleção reforça o alinhamento do estudo com tais metas, proporcionando uma abordagem mais direcionada e alinhada aos propósitos institucionais e de desenvolvimento local.

Além disso, a pesquisa contribuirá para promover a conscientização sobre a importância da responsabilidade social no setor financeiro, incentivando uma reflexão crítica sobre o papel dessas instituições na construção de sociedades mais justas e equitativas. Assim, a pesquisa se justifica pela necessidade de preencher lacunas de conhecimento, compreender práticas existentes e avançar o entendimento sobre a Responsabilidade Social Corporativa no Sistema Financeiro, com foco no Programa AABB Comunidade, buscando promover discussões construtivas e ações efetivas no campo da responsabilidade social corporativa.

Quanto à organização desta dissertação, o plano de trabalho foi estruturado em sete capítulos para tornar a compreensão do estudo mais acessível e clara.

O primeiro capítulo apresenta uma revisão de literatura, consolidando uma base teórica do estudo. Aborda temas centrais como a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor financeiro, conceitos de desenvolvimento sustentável, a perspectiva econômica da responsabilidade empresarial, normas e acordos relacionados à RSC e a distinção entre responsabilidade social e filantropia, fornecendo um arcabúço robusto para a pesquisa.

O segundo capítulo detalha os procedimentos metodológicos, descrevendo as estratégias adotadas, incluindo a classificação da pesquisa, a definição do universo e amostra, os métodos de coleta de dados (como análise documental e entrevistas) e o processamento das informações, com ênfase na análise de Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil (2019-2022) e na avaliação do Programa AABB Comunidade na Região Imediata de Montes Claros.

O terceiro capítulo analisa os resultados, examinando o impacto social e a sustentabilidade financeira do Programa AABB Comunidade, com foco nos objetivos estratégicos, desafios de implementação, avaliação de impacto social e oportunidades de expansão, destacando tanto os sucessos quanto as limitações indicadas.

O quarto capítulo sintetiza as explicações, consolidando os principais achados, discutindo implicações para o RSC no setor financeiro e propondo recomendações para aprimorar o programa, como a adoção de metodologias de avaliação de impacto mais robustas e estratégias de financiamento desenvolvidas.

Por fim, o estudo inclui referências bibliográficas e anexos, detalhando as fontes consultadas e a estrutura do relatório técnico conclusivo, conforme especificado no Anexo A.

1. REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo de revisão de literatura desempenha um papel fundamental na obtenção de uma compreensão abrangente e aprofundada dos tópicos que serão explorados neste estudo.

Esta seção será dividida em subseções, a saber: 5.1 Surgimento da Responsabilidade Social; 5.2 Conceitos e definições de Responsabilidade Social; 5.3 A Responsabilidade Social no setor financeiro; 5.4 Importância da Responsabilidade Social para o desenvolvimento sustentável; 5.5 Abordagem Econômica sobre Responsabilidade Social; 5.6 Acordos e Normas sobre Responsabilidade Social e, por fim, 5.7 Responsabilidade Social x Filantropia. Essa organização da estrutura do projeto vai auxiliar a compreender os temas de forma clara e passo a passo, preparando o terreno para uma análise mais detalhada durante a pesquisa.

1.1. A evolução da responsabilidade social

Para Oliveira (2000), o termo "Responsabilidade Social" teve suas origens em um manifesto redigido por 120 industriais ingleses no final do século XIX. Esse manifesto destacou a crescente preocupação de diversos grupos sociais, incluindo consumidores, acionistas e a sociedade em geral, sobre a necessidade de estabelecer um equilíbrio justo entre os interesses dos proprietários das indústrias e o bem-estar social. Conforme o autor pelo autor, esse movimento emergiu como resposta às demandas humanas, em contraposição aos interesses exclusivos de produção. Eles buscavam incorporar um conjunto de princípios considerados significativos para a sociedade. Entretanto, de acordo com Carroll (1999), a formalização da Responsabilidade Social como objeto de estudo formalizado voltado para a estratégia empresarial só começou no início do século XX.

Nesse período, houve um crescente reconhecimento da importância de considerar não apenas os interesses econômicos das empresas, mas também seu impacto na sociedade (Morcelli; Ávila, 2016). Ainda segundo os autores, um dos casos mais famosos sobre esse tema envolveram os irmãos Horace e John Dodge com Henry Ford. Nessa disputa, Henry Ford, que era o presidente da empresa, queria criar um fundo com parte dos lucros da *Ford Motor Company* para objetivos sociais, entretanto os irmãos Dodge que eram acionistas da empresa não aceitaram e o caso foi parar na justiça, com resultado favorável aos irmãos acionistas.

Segundo Carroll (1979, 1999), o debate acadêmico sobre o tema da Responsabilidade Social só teve início na década de 1950 com a publicação do trabalho do economista Howard Rothmann Bowen em 1953. Em sua obra, Bowen tratou sobre as responsabilidades das

empresas para além dos interesses financeiros, estabelecendo as bases para a discussão e reflexão acerca da importância da Responsabilidade Social nas práticas empresariais.

No que diz respeito à transformação econômica pela Responsabilidade Social, Tenório (2004) sugere uma divisão em dois momentos históricos específicos: o período da economia agrícola, abrangendo desde o início do século XX até a década de 1950; e o segundo período, marcado por novas questões sociais resultantes da intervenção do Estado pautadas pelas políticas keynesianas e pela busca da construção de um estado de bem-estar social.

A influência da religião no desenvolvimento do debate sobre Responsabilidade Social foi crucial, conforme destacado por Carroll (1999). Nas décadas de 1950 e 1960, os princípios religiosos dos líderes das organizações desempenharam um papel crucial na formação da discussão moderna sobre a RS. Acquier *et al.* (2011) complementa essa visão, observando que grandes organizações, impulsionadas por motivos religiosos, iniciaram patrocínios de projetos e ações voltadas para a responsabilidade social empresarial. Neste contexto, segundo Acquier, importantes organizações, motivadas por convicções religiosas, passaram a apoiar projetos e ações focados na responsabilidade social. Durante esse período, a Fundação Rockefeller, em parceria com igrejas protestantes e católicas ortodoxas, desempenhou um papel significativo ao promover uma série de obras sob o título "Ética Cristã e Vida Econômica". Estas obras estabeleciam em diretrizes fundamentadas nos princípios morais e éticos do cristianismo, direcionadas especificamente para homens de negócios.

No entanto, de acordo com a Fundação AVSI (2011), na década de 1970, o capitalismo global passou por uma transição do estado de bem-estar social para o estado mínimo e com o enfraquecimento do papel do Estado houve um maior distanciamento em relação às questões sociais. Com isso as empresas perceberam que também compartilhavam a responsabilidade pela situação social dos países e passaram a difundir mais esse tema dentro das organizações.

Nesse período, Carroll (1979) desenvolveu um dos principais modelos utilizados nas organizações que é o modelo tridimensional. O Modelo Tridimensional de Carroll é uma estrutura conceitual que delinea as diversas camadas ou dimensões da Responsabilidade Social. Ele é composto por três componentes inter-relacionados, a saber: responsabilidade econômica, legal e ética. Essa modelagem não apenas oferece uma compreensão abrangente das obrigações das empresas para com a sociedade, mas também serviu como uma base teórica influente para pesquisadores e estudiosos subsequentes na área.

Na década de 1980, o tema Responsabilidade Social passou a introduzir novos temas, estudos empíricos e discursos que buscavam tanto justificar quanto criticar essa prática. Nesse período, grandes pesquisadores contribuíram para esse avanço empírico como Jones (1980),

sobre o desenvolvimento do conceito e a sua aplicação nas organizações; Freeman (1984), aplicação de um modelo que envolve as organizações e seus *stakeholders*; Drucker (1984), com a abordagem da relação entre rentabilidade e responsabilidade e Aupperle, Carroll e Hatfield (1985) sobre a relação da Responsabilidade Social e a lucratividade; Waddock e Cochran (1985) desenvolveram um modelo de princípios, políticas e processos de responsabilidade social voltado para a gestão administrativa, entre outros.

Na década de 1990, a Responsabilidade Social começou a ser impactada por transformações significativas na economia e no cenário social, impulsionadas pelo avanço da globalização e da tecnologia, bem como pela abertura comercial, que trouxe consigo a presença de um capital mais volátil, especialmente nas empresas multinacionais. Essa evolução provocou uma alteração significativa no campo da Administração. Além disso, essas mudanças resultaram no aumento das expectativas da sociedade em relação às organizações, gerando nas empresas uma crescente responsabilidade social. Esse contexto reforçou a necessidade de as empresas considerarem não apenas os aspectos econômicos, mas também as implicações sociais de suas operações, destacando a importância crescente da responsabilidade social corporativa (Srouf, 2000; Griesse, 2003).

No início do século XXI, em relação à mudança de perspectiva da Responsabilidade Social, Macêdo (2013) destaca que o foco passou a abranger temas como ética empresarial, gestão de relacionamento com os *stakeholders*, cidadania corporativa e sustentabilidade. Esse último aspecto ganhou considerável relevância com a crescente conscientização da sociedade sobre questões que impactam diretamente as comunidades.

Atualmente, segundo Taylor (2023), evidencia-se uma crescente expectativa por parte dos consumidores e acionistas em relação a um comportamento mais ético e social por parte das empresas. Este fenômeno reflete uma mudança substancial no panorama empresarial, onde a sociedade, ao longo do tempo, tem demonstrado uma consciência cada vez mais aguçada sobre as implicações éticas e sociais das práticas corporativas.

1.2. Conceitos e definições sobre Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social não possui um conceito ou definição rigidamente estabelecida, uma vez que se origina de uma observação subjetiva. No entanto, ao longo do tempo, diversos autores dedicaram-se a sistematizar uma abordagem que se aproximasse mais da realidade desse fenômeno.

De acordo com Tomei (1984), o conceito de Responsabilidade Social é subjetivo e se defronta com áreas da filosofia, de cunho ideológico, como a ética e a moral. Para o autor, a interpretação sobre Responsabilidade Social pode variar de acordo com as perspectivas individuais e as diferentes filosofias adotadas por diversas pessoas e organizações. Diante disso, entende-se que ao afirmar que a responsabilidade social interage com áreas da filosofia de natureza ideológica, como ética e moral, o autor indica que a compreensão e aplicação prática da responsabilidade social estão diretamente ligadas a considerações éticas e morais específicas de uma determinada sociedade, cultura ou grupo de pessoas.

O conceito de Responsabilidade Social ou só Responsabilidade Social está associado à introdução de ética e transparência na administração das organizações e nas tomadas de decisão que geram externalidades na sociedade, no meio ambiente e na própria organização (Maximiliano, 2000; Soares, 2004; Instituto Ethos, 2012).

Segundo Melo Neto e Froes (2002), a Responsabilidade Social envolve a percepção das organizações como agentes sociais que desempenham um papel no processo de transformação social, econômica e ambiental. Na visão do autor, o sucesso da organização está intrinsecamente ligado ao bem-estar dos colaboradores, à preservação do meio ambiente e ao impacto positivo na sociedade externa.

A Responsabilidade Social pode ser vista como uma forma de antecipar os problemas sociais e ambientais que podem ocorrer no território em que as organizações estão inseridas. Conforme Robbins (2005), a Responsabilidade Social emerge como uma meta das organizações, visando antecipar e mitigar possíveis problemas sociais que podem surgir no futuro. Para o autor, a Responsabilidade Social representa um esforço organizacional que transcende o cumprimento simples das leis, direcionando-se para metas de longo prazo. Essa perspectiva ressalta a importância de uma abordagem holística e proativa por parte das organizações em relação aos desafios sociais, reforçando a ideia de que a Responsabilidade Social vai além de meras conformidades legais, abraçando um compromisso mais amplo com o bem-estar social a longo prazo.

A Responsabilidade pode surgir a partir da vontade da organização sem a necessidade de uma coesão externa. Kotler e Lee (2005) argumentam que a Responsabilidade Social é um compromisso voluntário por parte das organizações em aprimorar o bem-estar da comunidade por meio de práticas comerciais sustentáveis e contribuições de recursos corporativos. Eles destacam que o compromisso das organizações é voluntário. Assim, as empresas escolhem práticas e contribuições voltadas tanto para as questões humanas quanto para as ambientais, relacionadas ao bem-estar da comunidade.

Ademais, a RS pode ser dividida em diferentes dimensões a fim de ampliar as suas metas e objetivos. Segundo Carroll (2016), a definição de Responsabilidade Social abrange as dimensões econômicas, legais, éticas e filantrópicas. Na dimensão econômica, as organizações agregam valor aos seus negócios ao orientar a produção para atender às necessidades dos consumidores e ao adotar práticas sustentáveis. No âmbito legal, as organizações aderem estritamente às leis e regulamentos estabelecidos pelo Estado, os quais refletem a visão da sociedade. Na dimensão ética, as organizações atendem às expectativas da sociedade em relação a princípios morais e éticos universais, como direitos humanos e justiça. Por fim, na dimensão da responsabilidade filantrópica, as organizações realizam ações voluntárias e efetuam doações financeiras para a sociedade.

Figura 1 - Representação da pirâmide de RSC elaborada por Carroll.



Fonte: Carroll (2016), adaptada pelo autor.

Para Carroll (1991, 2016), a dimensão econômica tem como objetivo a busca por lucros, ela é considerada ética dentro do sistema capitalista. No aspecto legal, as leis muitas vezes têm fundamentos éticos, representando uma "ética codificada" para a sociedade. A responsabilidade ética, como uma categoria própria, abrange políticas e práticas que vão além dos requisitos

legais mínimos, indicando um nível mais elevado de conduta. As responsabilidades filantrópicas também podem ser impulsionadas por motivos éticos, refletindo a busca pela virtude ou ações altruístas. Em resumo, as motivações e considerações éticas desempenham um papel crucial em todas as quatro categorias da RSC representada pelo triângulo na figura 1, enfatizando sua importância integral no conceito global de responsabilidade social.

Dahlsrud (2008) conduziu uma das pesquisas mais abrangentes sobre a definição de Responsabilidade Social nas empresas e chegou à conclusão de que as principais definições incluem: i) ações sociais que são referentes à contribuição da organização para o bem-estar da sociedade, melhorando a qualidade de vida tanto dentro quanto fora da organização; ii) ações ambientais que envolvem práticas de conservação e restauração do meio ambiente; iii) ações econômicas que dizem respeito a iniciativas direcionadas à redução da desigualdade, geração de renda e desenvolvimento econômico sustentável; iv) ações sobre os *stakeholders* que incluem o fortalecimento das relações com os *stakeholders*, garantindo que as ações da organização estejam alinhadas com as expectativas desses públicos e v) ações voluntárias que envolvem a tomada de decisões que vão além das exigências legais, fundamentadas na visão ética dos dirigentes das organizações, tanto lucrativas quanto sem fins lucrativos, e são realizadas de forma voluntária.

Em síntese, a Responsabilidade Social é um conceito abrangente que engloba diversas dimensões e práticas dentro das organizações. Nesse cenário, percebemos que ela não apenas corresponde às expectativas sociais, mas também emerge como uma estratégia fundamental para edificar uma reputação sólida, consolidar parcerias e fortalecer a sustentabilidade corporativa. A abordagem responsável não se limita a uma simples conformidade legal, mas se torna um catalisador para o sucesso duradouro das organizações, conectando-as de maneira positiva com a sociedade, o meio ambiente e seus diversos *stakeholders*.

1.3. A Responsabilidade Social no setor financeiro

O papel crucial das instituições financeiras no cenário econômico é inquestionável, e sua crescente conscientização sobre os impactos sociais derivados de suas operações torna-se evidente. Nesse contexto, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) emerge como um tema central, impulsionando a necessidade de avaliar e demonstrar de maneira transparente o impacto social. Surge, então, o Balanço Social como instrumento essencial para evidenciar o relevante papel social dessas instituições, conforme destacado por (Chaves, 2010).

A criação do Balanço Social, por iniciativa da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) em 1993, como destaca Assaf Neto (2001), foi uma resposta ao crescimento das discussões sobre Responsabilidade Social Corporativa. Esse relatório passou a oferecer à sociedade uma compreensão mais ampla das ações sociais das instituições financeiras, promovendo transparência e compreensão do impacto dessas organizações na comunidade.

O Balanço Social, segundo Martins *et al.* (2013), transcende aspectos financeiros ao servir como instrumento estratégico de comunicação, permitindo que os bancos se distanciam de uma imagem negativa. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000) ressaltam que esse relatório evidencia o nível de responsabilidade social das instituições, prestando contas à sociedade sobre a utilização de recursos naturais e humanos, assim como em relação aos direitos estabelecidos.

Além disso, a FEBRABAN (2010) destaca que as instituições bancárias têm investido cada vez mais em recursos para aprimorar sua imagem, evidenciando seu papel social e postura ética. Essa iniciativa não apenas atende às expectativas da sociedade, mas também busca construir uma reputação positiva para a fidelização de clientes e a sustentabilidade a longo prazo.

Outra iniciativa relevante é a adoção do Investimento Social Privado (ISP) pelas organizações, conforme discutido por Duprat (2005) e Milano Filho (2008). O ISP representa uma prática estratégica que vai além do papel tradicional de gerar lucros, alocando recursos para contribuir para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades.

A Responsabilidade Social Empresarial ganha ainda mais destaque na esfera internacional, conforme a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEPFI) (2020). O setor bancário, desde 2017, tem respondido ao chamado da ONU, adotando as Recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD) e os Princípios para um Banco Responsável (PRB), formulados pela TCFD, delineando diretrizes abrangentes para o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambientais, econômicas e sociais.

Em suma, o reconhecimento e abraço da responsabilidade social pelas instituições financeiras não apenas cumprem um papel ético, mas fortalecem sua reputação e laços com a comunidade. A compreensão de que essas organizações são agentes ativos na promoção do bem comum contribui para uma visão mais abrangente e positiva do setor financeiro na construção de uma sociedade sustentável. Dessa forma, a transparência e o comprometimento efetivo com a RSE tornam-se pilares essenciais para a construção de uma parceria sólida entre as instituições financeiras e a sociedade que servem.

1.4. Importância da Responsabilidade social e o Desenvolvimento Sustentável

No atual cenário global, a integração da Responsabilidade Social tornou-se imperativa para empresas que buscam não apenas o sucesso econômico, mas também a contribuição positiva para a sociedade e o meio ambiente. Essa simbiose entre responsabilidade social e desenvolvimento sustentável é crucial para a construção de um futuro equitativo e resiliente.

Segundo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (2015), o conceito de desenvolvimento sustentável fundamenta-se na interconexão e indivisibilidade de seus elementos, buscando harmonizar as três dimensões essenciais: econômica, social e ambiental. Essa abordagem integrada reconhece que o progresso em uma dessas áreas está intrinsecamente ligado ao bem-estar e à prosperidade nas demais. Portanto, o desenvolvimento sustentável visa alcançar um equilíbrio sinérgico, garantindo não apenas o crescimento econômico, mas também a equidade social e a preservação ambiental. Dentre os objetivos do desenvolvimento sustentável se destacam a busca pela erradicação da fome, preservação do planeta contra a degradação ambiental, fomentar modelos de consumo e produção mais sustentáveis, impulsionar o progresso econômico, social e tecnológico de forma equilibrada com a natureza, fomentar a paz social e fortalecer parcerias entre todos os países, organizações e grupos sociais. Ainda de acordo com a ONU, a Responsabilidade Social alinhada ao desenvolvimento sustentável também se traduz em uma contribuição significativa para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pelas Nações Unidas. Algumas das metas estabelecidas têm relação direta com as organizações e sua atuação. Como no objetivo 8 onde se busca a produção sustentável, a geração de emprego pleno e produtivo, além de trabalho digno para todos. Já o objetivo 9, trata da promoção pela industrialização inclusiva e sustentável voltada para a inovação. Por fim, o objetivo 12 busca criar um padrão de consumo e de produção sustentável.

A Responsabilidade Social transcende o simples cumprimento de normas éticas; ela impulsiona as organizações a adotarem práticas que consideram não apenas seus interesses comerciais imediatos, mas também o impacto mais amplo de suas operações. Ao alinhar-se aos princípios do desenvolvimento sustentável, as empresas podem desempenhar um papel fundamental na promoção da coexistência harmoniosa no longo prazo entre prosperidade econômica, equidade social e preservação ambiental (Santos, 2004; Soares, 2004; Robbins, 2005; Macêdo, 2013).

Uma das principais contribuições da responsabilidade social é a criação de valor compartilhado. Segundo Melo Neto (2002), ao investir em iniciativas sociais e ambientais, as

empresas não apenas atendem às expectativas da sociedade, mas também fortalecem sua própria resiliência e reputação. O engajamento com comunidades locais, a promoção da diversidade e inclusão, e a adoção de práticas sustentáveis não apenas mitigam riscos reputacionais, mas também constroem laços mais sólidos com clientes, funcionários e outros *stakeholders*.

Em relação à participação das organizações no processo de desenvolvimento sustentável, Carrera (2022), argumenta que a redução dos problemas territoriais que afetam as organizações e a antecipação de questões sociais exigem a construção de coesão territorial. Essa coesão deve ser fundamentada em projetos voltados para a diminuição das desigualdades territoriais, promoção da sustentabilidade ambiental, fortalecimento da cooperação com a governança territorial e estímulo à criação de sistemas urbanos mais policêntricos. Para a autora, a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável estão intrinsecamente relacionados, pois ambos buscam promover um equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades a longo prazo.

Em síntese, a importância da Responsabilidade Social no contexto do desenvolvimento sustentável não pode ser subestimada. À medida que as empresas reconhecem e adotam práticas socialmente responsáveis, não apenas fortalecem suas próprias fundações, mas também contribuem de maneira significativa para a construção de um mundo mais equitativo, ambientalmente consciente e socialmente inclusivo. Neste compromisso coletivo, reside a chave para um futuro sustentável e próspero para todos.

1.5. Abordagem econômica sobre a Responsabilidade Social Empresarial

A perspectiva econômica sobre Responsabilidade Social das Empresas engloba não apenas as questões internas de uma organização relacionadas à sua gestão financeira e desempenho econômico, mas também se estende à consideração das externalidades geradas por suas operações. Essa abordagem reconhece que as atividades empresariais não ocorrem em um vácuo e, portanto, procura avaliar o impacto econômico e social global que uma organização pode ter no território de sua influência. Diante disso, as responsabilidades das empresas envolvem a compreensão por parte dos dirigentes das organizações acerca das modalidades de produção e das externalidades geradas na sociedade (Carrera, 2022).

A RS é uma iniciativa baseada na proatividade das organizações frente a realidade social, conforme destacado por Ruteski (2013), a Responsabilidade Social Empresarial configura-se como um modelo de gestão empresarial que atribui às organizações um papel ativo

no desenvolvimento social. Essa abordagem ganhou relevância no início da década de 1970, uma fase marcada pela expansão econômica das empresas.

Nesse período, o pensamento liberal passa a ter um crescimento nas discussões econômicas, cuja premissa fundamental era a defesa da mínima intervenção do Estado na economia. Milton Friedman foi um dos principais pensadores da corrente de pensamento liberal. De acordo com Friedman (1970) o papel do Estado deveria restringir-se à garantia da propriedade privada, à preservação da concorrência na economia e à promoção de ações sociais pontuais. Adicionalmente, atribuiu-se às empresas a responsabilidade pela geração de empregos, pagamento de impostos e busca pela maximização dos lucros. Friedman sustentava a visão de que apenas indivíduos têm responsabilidades, enquanto as empresas deveriam ter apenas responsabilidades legais. Essa abordagem ficou conhecida como Teoria dos Acionistas.

Contrapondo-se à visão liberal, surgiram teorias econômicas voltadas para a busca da conciliação entre crescimento econômico e bem estar social que direcionam uma atenção mais aprofundada para as externalidades geradas pelas organizações, abrangendo os domínios ambiental, econômico e social. Nesse contexto, Myrdal (1965) é considerado um dos precursores no campo econômico nessa discussão. Para o autor, o progresso social e econômico só é atingido apenas quando o Estado, orientado para a promoção do bem-estar social, oferece suporte em infraestrutura, saúde, educação e implementa políticas que propiciem um ambiente empresarial sustentável. Nesse contexto, a criação de novos empreendimentos pode desencadear um efeito cumulativo positivo, gerando empregos bem remunerados e contribuindo para o aumento da demanda na comunidade em que a empresa se estabelece. Conforme essa perspectiva, o desenvolvimento econômico ocorre de maneira dinâmica. No entanto, de acordo com Myrdal, as regiões que experimentam expansão econômica tendem a atrair um grande contingente populacional, favorecendo assim essa região em detrimento de outras, o que pode resultar em desigualdades inter-regionais e desencadear efeitos cumulativos negativos nas áreas menos privilegiadas.

Ainda sobre a relação entre a Responsabilidade Social e o desenvolvimento econômico mais sustentável. Sachs (2004), defendia que existe uma ligação direta entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental e social. Dentro dessa perspectiva, Sachs argumenta que as organizações devem avaliar seu progresso não apenas sob a perspectiva econômico-financeira, mas também considerar de maneira abrangente seu impacto macrossocial. Dessa forma, Sachs sinaliza para uma abordagem mais consciente por parte das organizações, instigando-as a transcender os limites da lucratividade imediata e a adotar práticas que promovam o bem-estar global que posteriormente refletem em ganhos para a própria

organização no longo prazo. Nessa linha de raciocínio, Atkinson (2015), defende que as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico e social devem ser meticulosamente planejadas e debatidas, incorporando a participação abrangente de diversos setores da sociedade. Este envolvimento deve estender-se a instituições públicas, sindicatos, sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas.

A literatura econômica tem estudado cada vez mais a Responsabilidade Social das organizações dentro da teoria das externalidades da microeconomia. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2013) e Varian (2015), "externalidade" refere-se a efeitos colaterais involuntários e não compensados que uma atividade econômica pode ter sobre terceiros que não estão envolvidos diretamente na transação que a gera. Esses efeitos podem ser positivos ou negativos e ocorrem fora do mercado, afetando indivíduos ou empresas que não estão diretamente envolvidos na produção ou consumo do bem ou serviço em questão. Externalidades positivas ocorrem quando uma atividade beneficia terceiros sem refletir nos preços de mercado, como o investimento em educação, que pode resultar em inovação, produtividade e cidadania informada. Por outro lado, externalidades negativas ocorrem quando uma atividade prejudica terceiros sem refletir nos preços de mercado, como a poluição do ar de uma fábrica, afetando a saúde das pessoas sem que esses custos estejam refletidos nos produtos da fábrica.

As externalidades podem ser analisadas em conjunto com a teoria do ótimo de Pareto. Para Pareto (1971), a situação de ótimo é alcançada quando não é possível realizar uma mudança que beneficie um indivíduo sem prejudicar pelo menos um outro. Em outras palavras, o estado é considerado eficiente se não for possível aprimorar a situação de uma pessoa sem piorar a situação de outra. Esse conceito é central na teoria do bem-estar e na análise da eficiência econômica, conhecido como ótimo de Pareto, que destaca a impossibilidade de fazer alguém melhor sem fazer outra pessoa pior. Essa ideia tem implicações importantes na avaliação de políticas públicas e na análise das condições de equilíbrio em mercados competitivos. Nesse contexto, as empresas socialmente responsáveis podem utilizar dos princípios da teoria do Ótimo de Pareto para adotar práticas que visem os seus interesses econômicos, mas que também contribuem para o bem-estar social.

Na perspectiva da teoria econômica do desenvolvimento como liberdade, para Sen (2000), a existência de diretrizes, como normas de ética empresarial, é essencial para conciliar o progresso humano e o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, é papel das empresas assumir responsabilidades éticas e sociais que incidam diretamente sobre o bem-estar das pessoas e o avanço das sociedades. Esses impactos concretizam-se por meio da criação de oportunidades de emprego significativas, adoção de práticas salariais equitativas, promoção de

chances para o crescimento profissional e implementação de políticas de compensação que atenuem tanto o impacto ambiental quanto a desigualdade social. Dessa forma, as empresas se tornam agentes ativos na busca por um desenvolvimento que não apenas impulse a atividade econômica, mas que também promova a liberdade e o bem-estar das comunidades em que estão inseridas.

Dentro da economia, a Responsabilidade Social também pode ser compreendida a partir das inovações causadas pelas empresas. Segundo MacGregor e Fontrodona (2008) apontam que a combinação desses elementos ainda é pouco explorada na literatura. No entanto, nas últimas décadas, esse tema tem ganhado destaque nas discussões dentro das organizações, principalmente em um cenário empresarial cada vez mais competitivo. Ainda segundo os autores, com a mudança no padrão de consumo da sociedade e o aumento das exigências em relação aos comportamentos éticos das empresas, a busca por inovações que atendam às necessidades e expectativas da sociedade torna-se imperativa.

De acordo com Schumpeter [1911 (1982)], Dosi (1984), Winter (1984), Nelson (1986) e Drucker (1987), a inovação desempenha um papel fundamental na criação de novos produtos e serviços, bem como na melhoria dos já existentes, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da sociedade. Ela é responsável por transformar invenções científicas em soluções inovadoras que abordam os desafios da sociedade, expandindo mercados, impulsionando o avanço do conhecimento científico, aumentando a produtividade do trabalho, aprimorando a capacidade técnica, estimulando a demanda agregada e promovendo o desenvolvimento econômico.

Todos esses benefícios provenientes da inovação das empresas se refletem em melhorias para a sociedade, contribuindo para o bem-estar coletivo. Contudo, conforme Rothwell (1983) e Mazzucato (2013) destacam, a atuação do Estado é crucial para potencializar esses impactos positivos na sociedade e proporcionar um desenvolvimento sustentável.

Em síntese, a abordagem econômica da RSE envolve a compreensão das externalidades, a consideração do papel regulatório do Estado e a promoção do desenvolvimento sustentável, sendo crucial para conciliar interesses empresariais e o bem-estar social.

1.6. Acordos e Normas sobre Responsabilidade Social

A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³ em 1919, pode ser considerado um marco inicial na busca por uma normatização sobre a relação empregadores e empregados e tem uma relação direta com a Responsabilidade Social corporativa. As Normas Internacionais do Trabalho, desenvolvidas pela OIT, possuem alcance global e são apresentadas aos países membros por meio de convenções internacionais. Essas normas desempenham um papel fundamental na promoção de padrões laborais justos e na busca por um ambiente de trabalho que respeite os direitos fundamentais de todos os trabalhadores.

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais⁴, desenvolvidas a partir da década de 1970 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram inicialmente lançadas em 1973 como recomendações não vinculativas para empresas multinacionais, abordando áreas como emprego, relações industriais, práticas de gestão, impostos e tecnologia. Em 1976 as recomendações foram revisadas e ampliadas para incluir princípios específicos relacionados a questões éticas e ambientais. Em 2000 houve uma revisão significativa das Diretrizes que expandiu ainda mais seu escopo, incorporando princípios relacionados a direitos humanos, corrupção, concorrência, tributação e divulgação de informações. Por fim, em 2011 foram incluídas diretrizes que abordam os direitos humanos dentro das Empresas Multinacionais. Em suma, essas diretrizes foram propostas para promover condutas empresariais responsáveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades afetadas pelas atividades dessas empresas em todo o mundo.

Em 1997, a *Global Reporting Initiative (GRI)*⁵, Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios, foi uma iniciativa promovida pela organização não governamental norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics (CERES)* e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP - United Nations Environmental Programme). Segundo a GRI, o objetivo dessa iniciativa foi criar um padrão global para responsabilizar as organizações quanto a questões ambientais, sociais e de governança corporativa, promovendo a transparência e a responsabilidade nas práticas empresariais. A partir de 2016, a GRI passou

³ Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/comeca-a-oit/lang-pt/index.htm>>. Acesso: 20 dez. 2023.

⁴ Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável. disponível em: <<https://www.oecd.org/publications/diretrizes-da-ocde-para-empresas-multinacionais-sobre-conduta-empresarial-responsavel-663b7592-pt.htm>>. Acesso: 22 dez. 2023.

⁵ GRI. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>>. Acesso: 20 dez. 2023.

a estabelecer diretrizes mais setoriais, como normas sobre impostos (2019), sobre resíduos (2020) e normas universais (2021).

Contudo, segundo o Inmetro (2014), a primeira norma internacional voltada para a Responsabilidade Social surgiu em 2001, a partir da Organização Internacional de Normalização (ISO), por meio de seu Comitê de Política do Consumidor (COPOLCO). Essa norma foi uma resposta para as organizações, consumidores e para a sociedade em geral para discutir a viabilidade da criação de uma norma internacional sobre Responsabilidade Social. Em 2002, a ISO estabeleceu um grupo estratégico para essa finalidade, que, em 2004, por meio de um relatório técnico, instigou a ISO a desenvolver uma norma internacional. O desdobramento desse processo histórico ocorreu durante uma conferência realizada em Estocolmo, Suécia, em junho de 2004, onde foi decidida a elaboração da ISO 26000. Nessa decisão notável, o Brasil e a Suécia, por meio de seus órgãos de normalização, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Instituto Sueco de Normalização (SIS), foram eleitos para presidir o grupo de trabalho encarregado de desenvolver essa Norma Internacional de Responsabilidade Social.

Figura 2 - Principais temas da ISO 26000.



Fonte: Elaboração própria baseado na Norma ISO 26000.

Os sete pontos centrais da ISO 26000, observados na figura 2, refletem um compromisso global com a integração da Responsabilidade Social nos processos de tomada de decisão e operações diárias das organizações, enfatizando a importância de um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Em 2011, as Nações Unidas publicaram um documento intitulado "Os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos". Este documento pioneiro estabeleceu diretrizes e princípios fundamentais destinados tanto aos estados quanto às empresas, visando criar um ambiente empresarial que respeite e promova os direitos humanos. Os Princípios Orientadores consistem em três pilares principais. O primeiro é a responsabilidade do Estado de proteger os direitos humanos contra violações por terceiros, incluindo empresas. O segundo pilar trata da responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos, exigindo que elas evitem causar ou contribuir para impactos adversos nos direitos humanos e ajam para remediá-los quando identificados. O terceiro pilar destaca a necessidade de acesso a mecanismos efetivos de reparação para vítimas de violações dos direitos humanos relacionadas a atividades empresariais (*United Nations Human Rights*, 2011).

Em 2014 a organização internacional Social Accountability International (SAI), publicou uma norma internacional que define padrões sociais para práticas de responsabilidade social nas organizações. Segundo a SAI (2014)⁶ o documento estabelece os critérios para garantir condições de trabalho éticas e justas. A SA8000 é aplicável a organizações de todos os setores e tamanhos, independentemente da localização geográfica. De acordo com a SAI as normas são baseadas na OIT e na Declaração dos Direitos Humanos da ONU. Esse documento é mais abrangente do que o publicado pela OIT e o escopo abrangente desta abordagem inclui temas essenciais, como horário de trabalho, sindicato, previdência social, idade para trabalhar, relação entre trabalho e domicílio, remuneração, proteção à maternidade, agências de emprego, medicina do trabalho, reabilitação vocacional, gênero, sexualidade e direitos econômicos, sociais e culturais.

No Brasil, o marco inicial na definição de normas nacionais para a Responsabilidade Social ocorreu em novembro de 2004, com a criação da ABNT NBR 16001. Sua segunda versão, publicada em julho de 2012, consolidou e aprimorou as diretrizes estabelecidas anteriormente. Esta norma define a Responsabilidade Social como o conjunto de decisões que influenciam diretamente a sociedade e o meio ambiente, por meio de práticas éticas e transparentes. Dessa forma, busca-se assegurar que as organizações adotem medidas que impactem positivamente a comunidade e o ecossistema, promovendo uma atuação responsável e sustentável em suas atividades (Inmetro, 2014).

⁶ Social Accountability International (SAI). Disponível em: <https://sa-intl.org/wp-content/uploads/2020/01/SA8000-2014_Portuguese.pdf>. Acesso: 22 dez. 2023.

Em resumo, os Acordos e Normas sobre Responsabilidade Social desempenham um papel essencial na orientação de práticas éticas e responsáveis nas esferas empresariais globais. Esses acordos não só visam mitigar impactos negativos, mas também impulsionar o desenvolvimento sustentável e contribuir para o bem-estar das comunidades afetadas.

1.7. Responsabilidade Social x Filantropia

Segundo Santos (2004), a filantropia emerge como uma ferramenta de Responsabilidade Social das organizações para preencher as lacunas deixadas pelos estados, uma vez que estes, por si só, não são capazes de resolver todos os problemas enfrentados pela sociedade. No entanto, a autora ressalta que os dois conceitos não são sinônimos, já que a filantropia se apresenta como uma ação humanitária, enquanto a Responsabilidade Social tem um propósito muito mais abrangente. Adicionalmente, de acordo com o Instituto Ethos (2013), a Responsabilidade Social é, na verdade, uma ferramenta de estratégia empresarial, ao passo que a filantropia representa apenas uma relação social entre a organização e a sociedade.

Fedato (2005) argumenta que a partir do agravamento dos problemas sociais, as empresas passaram a compreender que a filantropia não poderia ser apenas uma opção, mas sim uma obrigação ética. Essa percepção tornou-se evidente pelo aumento das discussões nos meios de comunicação e em outros espaços públicos.

Segundo Melo Neto e Froes (2002), as distinções fundamentais entre filantropia e responsabilidade social são delineadas da seguinte maneira: *i*) Filantropia: uma ação individual, de cunho assistencialista, realizada de forma voluntária por empresários; e *ii*) Responsabilidade Social: uma ação coletiva, integrada à estratégia empresarial, tomada como decisão consensual e estratégica pela direção da empresa. De acordo com os autores, ambas as atividades possuem o potencial de gerar benefícios significativos para a sociedade e o meio ambiente, sendo que as diferenças residem na origem da iniciativa da organização.

Segundo Garcia (2001), a Responsabilidade Social pode ser compreendida como uma iniciativa da organização, enquanto a filantropia é uma iniciativa do empresário, motivada por questões pessoais e religiosas. Nesse sentido, a Responsabilidade Social transcende as ações individuais, integrando-se à estratégia corporativa, enquanto a filantropia reflete ações mais pessoais e voluntárias por parte dos empresários. Nesse contexto, a distinção entre filantropia e responsabilidade social possui uma conotação mais sutil e não implica em um problema abrangente ou de oposição. No entanto, segundo a autora, a responsabilidade social é caracterizada por uma incorporação de valores éticos mais consistentes (Garcia, 2004).

Nesse contexto, ao se analisar as visões de diversos autores, é possível concluir que, em um mundo cada vez mais interligado e consciente, a responsabilidade social emerge como um elemento crucial para a sustentabilidade e sucesso duradouro das organizações. Essa abordagem não apenas propicia o desenvolvimento econômico sustentável, mas também promove o bem-estar da sociedade. Em contraste com a filantropia, a responsabilidade social transcende as ações altruístas individuais, integrando-se à estratégia corporativa e abraçando um compromisso mais amplo com a comunidade e o meio ambiente.

Em síntese, o presente capítulo abordou diversos aspectos cruciais relacionados à Responsabilidade Social, proporcionando uma visão abrangente e estruturada sobre o tema. Inicialmente, discutiu-se o surgimento desse conceito, que teve origem no início do século XX, e sua evolução ao longo do tempo, adaptando-se às novas demandas da sociedade, como a preservação do meio ambiente, melhoria nas relações de trabalho, defesa dos direitos humanos e redução dos problemas sociais contemporâneos. Em seguida, foram apresentados os conceitos e definições que permeiam a Responsabilidade Social, evidenciando a diversidade de interpretações e abordagens existentes. Ficou claro que, apesar das diferentes perspectivas, há consenso entre os autores de que a Responsabilidade Social está associada à introdução de ética e transparência na administração das organizações, assim como nas tomadas de decisão que geram externalidades na sociedade. Também foi explorada a importância da Responsabilidade Social para o setor financeiro e para desenvolvimento sustentável, destacando como essa prática influencia positivamente não apenas as organizações, mas também a sociedade e o meio ambiente.

A abordagem econômica proporcionou uma análise crítica das relações entre responsabilidade social e o cenário econômico, evidenciando as interações complexas entre desenvolvimento econômico, inovação, relação com os *stakeholders*, meio ambiente e sociedade, afastando-se da discussão tradicional de empresas voltadas para a maximização dos lucros numa sociedade capitalista.

A discussão sobre acordos e normas revelou a existência de padrões internacionais que orientam as práticas responsáveis das organizações, destacando a importância do cumprimento de diretrizes globalmente reconhecidas. Por fim, ao explorar a relação entre Responsabilidade Social e Terceiro Setor, a dissertação ressaltou como a colaboração entre empresas e organizações sociais contribui para o alcance de objetivos sociais mais amplos. Essa estrutura progressiva do projeto possibilitou uma compreensão gradual e aprofundada dos temas, preparando o terreno para análises mais detalhadas ao longo da pesquisa. Cada seção contribuiu

para a construção de um conhecimento sólido sobre a Responsabilidade Social, seus fundamentos, desafios e potenciais impactos positivos.

No segundo capítulo deste trabalho, será aprofundada a análise da constituição e estrutura do projeto AABB Comunidades, assim como suas ações e atividades implementadas. Além disso, haverá uma discussão mais específica sobre a atuação do projeto na região imediata de Montes Claros, visando uma compreensão mais detalhada de seu impacto e alcance nesse contexto local.

1.8. O Programa AABB Comunidade

O Programa Integração AABB Comunidade consiste em uma proposta de desenvolvimento social, realizada por meio de ações educacionais, desenvolvida nas AABB, que integra família, escola e comunidade. O público de interesse consiste em crianças e adolescentes com idade entre 6 e 14 anos, de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Quadro 1 - Princípios do programa

Princípio	Conceito
Ampliação da diversidade e da democracia	Pressupõe a valorização da diversidade de gênero, etnia, classe social, opção política, orientação sexual, ideias, valores e crenças, o pleno exercício de direitos e deveres, e a criação de oportunidades que minimizem as desigualdades sociais, favorecendo a melhoria da qualidade de vida.
Educação transformadora	A transformação social passa pela opção da sociedade - poder público, privado e sociedade civil - em priorizar uma educação de qualidade para todos, sustentada na crença de que é possível a construção coletiva de um mundo onde haja mais equidade e justiça.
Educação para o trabalho	O conhecimento das diferentes atividades realizadas com o objetivo de assegurar a subsistência favorece a inclusão no mundo do trabalho, ampliando as percepções e as possibilidades de trabalho, constituidor do sujeito.
Harmonia com as escolas	O alinhamento do projeto político-pedagógico do Programa com os das escolas frequentadas pelas crianças e adolescentes atendidos favorece o alcance dos respectivos objetivos.
Compromisso com o desenvolvimento integral e a dignidade da criança e do adolescente	A participação dos atores deve se dar de forma integrada, livre de preconceitos e fundamentada no potencial das crianças e adolescentes para atuarem, de forma crítica e autônoma, como protagonistas na transformação da realidade.
Proteção integral à criança e ao adolescente	É fortalecida quando há integração de propósitos e de iniciativas que envolvam a família, a escola e a comunidade, no sentido de assegurar a assistência social e o atendimento das respectivas necessidades básicas.
Competência do educador social	Os educadores sociais são fundamentais no processo educacional, o que justifica a capacitação permanente desses profissionais, condição essencial para o alcance dos objetivos do Programa.
Cuidado socioambiental	O cuidado com si próprio, com o outro, com as coisas e com o entorno favorece a construção de valores e atitudes socioambientais.
Expansão e diversificação de espaços e tempos educativos	A extrapolação dos espaços educacionais e a variedade das atividades propostas são condições fundamentais para a efetivação das ações educativas, pois

	ampliam os desejos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.
Compartilhamentos de boas práticas	A disseminação de boas práticas e a valorização da criatividade e inovação fortalece os acertos e contribui para a superação de desafios e situações-problema.
Gestão participativa e integrada	As decisões e ações se dão de forma compartilhada e as dimensões pedagógica e administrativa são conduzidas de forma integrada e coerente.
Cultura digital	A cultura digital é indispensável à prática pedagógica contemporânea e a utilização de tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética potencializa as ações educacionais e seus resultados.

Fonte: O Programa AABB Comunidade (2024)⁷.

Os temas propostos para estudo harmonizam-se com o currículo escolar e estão distribuídos em 9 grandes grupos de conhecimentos, denominados “Macrocampos do Conhecimento”: Esporte e Jogos, Cuidado Socioambiental, Trabalho e Protagonismo, Comunicação e Tecnologia da Informação, Direitos Humanos e Cidadania, Matematização, Saúde Integral, Cultura e Artes e Leitura e Escrita.

O funcionamento do programa é descrito a seguir na Figura 3:

Figura 3 - Funcionamento do Programa



Fonte: AABB (2022).

Conforme a Figura 3, observa-se o funcionamento detalhado do programa, que abrange desde o acompanhamento que começa nas residências ou escolas dos beneficiários, onde são encaminhados para a unidade de apoio localizada na AABB, onde têm acesso a atividades, serviços e recursos oferecidos pelo programa. Após a conclusão das atividades previstas no cronograma, os participantes retornam às suas casas, garantindo a continuidade do

⁷ O programa AABB Comunidade. Disponível em: <<https://aabbcomunidade.com.br/>>. Acesso em 15 mai. 2024.

acompanhamento e a aplicação prática do que foi desenvolvido no ambiente da unidade de apoio.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na presente seção, serão detalhados os métodos empregados na execução deste trabalho, abrangendo a descrição metodológica, os procedimentos de pesquisa, o universo, a amostra e os sujeitos do estudo, assim como o processo de coleta e análise de dados.

O foco principal deste estudo é investigar os resultados do programa social "AABB Comunidade" na Região Imediata de Montes Claros e confrontar esses resultados com o relatório de execução AABB Comunidade nos períodos de 2019 a 2023.

A próxima subseção detalha os procedimentos de pesquisa, incluindo a definição do universo, a determinação da amostra e a identificação dos participantes do estudo. Além disso, serão discutidos os métodos de coleta e análise de dados, elementos fundamentais para fundamentar a estrutura e os resultados deste trabalho.

2.1. Classificação da pesquisa

Nesta seção, são detalhados os procedimentos metodológicos adotados para atingir os objetivos delineados. O estudo é classificado como um caso de estudo, adotando uma abordagem descritiva para analisar o tema em questão. Serão apresentados e discutidos os passos específicos adotados para coleta e análise de dados, garantindo uma compreensão abrangente e detalhada do fenômeno em estudo.

Para conduzir uma pesquisa científica de qualidade, é essencial selecionar a abordagem mais apropriada para alcançar os resultados desejados. O pesquisador formula um problema e busca investigar o fenômeno, sendo crucial escolher o método mais adequado para o tipo específico de pesquisa que está sendo realizado (Cervo; Bervian, 1996; Silveira, 2011).

O método do estudo de caso se destaca por realizar uma análise aprofundada e abrangente de um número limitado de objetos, visando obter um conhecimento detalhado. Essa abordagem é essencialmente empírica, concentrando-se na exploração de fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos naturais, proporcionando uma compreensão clara e definida (Gil, 1999; Yin, 2005; Mazotti, 2006). Além disso, em relação ao estudo de caso, Martins e Santos (2003) afirmam que essa abordagem oferece a vantagem de permitir uma

análise aprofundada de um fenômeno, proporcionando a descoberta das principais variáveis que desempenharam um papel essencial no desenvolvimento da narrativa do objeto de estudo.

Posto isso, o estudo de caso possibilita explorar as nuances e particularidades do objeto de estudo, analisando-o em seu contexto natural, o que é essencial para capturar a complexidade e as interações que moldam o fenômeno investigado.

Em relação ao tipo de abordagem selecionada para a realização da pesquisa, a opção pelo método descritivo fundamenta-se na necessidade de fornecer uma análise detalhada e minuciosa do fenômeno em estudo. Segundo Cervo e Bervian (1996) e Gil (1999), essa abordagem permite uma investigação aprofundada das características e relações presentes no contexto da pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos elementos envolvidos. Ainda segundo a abordagem descritiva, segundo Mendonça (2014), a pesquisa descritiva pode ser conduzida através de diversos métodos, como estudo de documentos, pesquisa de campo e levantamentos. E as técnicas predominantes de coleta de dados comumente empregadas em pesquisas descritivas incluem formulários, entrevistas, questionários e fichas de registro para observação, além da coleta de dados em documentos.

Em suma, a opção pelo estudo de caso descritivo se justifica pela sua capacidade de proporcionar uma análise aprofundada e contextualizada de fenômenos específicos. Essa metodologia permite uma investigação minuciosa das variáveis relevantes dentro do ambiente natural do estudo, oferecendo informações significativas para uma compreensão mais completa e precisa do objeto de pesquisa.

2.2. Universo, amostra e sujeitos da pesquisa

O universo refere-se à totalidade do grupo de pessoas, itens ou objetos que possuem as características relevantes para a pesquisa (Martins; Theóphilo, 2016). Neste caso, o universo desta pesquisa será abrangente e envolverá todas as atividades, iniciativas e ações do programa AABB Comunidade durante o período de 2019 a 2022. Isso incluirá todas as ações relacionadas à responsabilidade social corporativa nesse contexto.

A pesquisa visa destacar as principais questões abordadas no relatório executivo do programa AABB Comunidade. Essas questões abrangem diversas dimensões, desde o acompanhamento dos educandos até a análise da infraestrutura e funcionamento do projeto.

A amostra desempenha o papel crucial de representar uma porção significativa do universo em estudo, permitindo uma análise mais aprofundada. No caso específico da pesquisa

sobre o Programa AABB Comunidade, a seleção da amostra foi feita por conveniência e não por critérios probabilísticos. Para isso, a amostra será composta pelos projetos implementados nos municípios localizados na Região Imediata de Montes Claros, conforme a classificação do IBGE (2017)⁸. Segundo as informações disponíveis no portal do AABB Comunidade para o ano de 2023, os municípios que mantêm unidades do programa nessa área específica são: Montes Claros, Bocaiúva, Francisco Sá, Coração de Jesus e Brasília de Minas.

Em suma, os sujeitos incluem os membros da equipe do programa AABB Comunidade, representantes da Fundação Banco do Brasil (responsável pelo programa), beneficiários diretos e indiretos do programa, além de outras partes interessadas relevantes, como parceiros e comunidades atendidas. Esses sujeitos desempenham papéis específicos na implementação e recepção das ações do programa, e suas perspectivas e experiências podem ser fundamentais para compreender o impacto da responsabilidade social corporativa no contexto do estudo de caso.

2.3. A coleta de dados

A pesquisa em questão visa aprofundar-se na análise da Responsabilidade Social no Sistema Financeiro, destacando o papel estratégico que desempenha na gestão do Banco do Brasil, com foco na formulação e execução de estratégias empresariais. Para atingir esse objetivo, serão coletados dados abrangentes de diversas fontes, incluindo pesquisa de documentos institucionais como relatórios executivos de atividades e entrevistas com os responsáveis pelos projetos.

A qualidade da pesquisa está diretamente ligada à eficiência da coleta de dados, um processo que exige cuidado, planejamento e habilidades específicas do pesquisador. Por isso, o pesquisador desempenha um papel fundamental na condução da coleta de dados, começando pelo treinamento cuidadoso de sua abordagem. Além disso, a formulação de perguntas eficientes é crucial. Elas devem ser claras e alinhadas aos objetivos da pesquisa, evitando ambiguidades que comprometam a interpretação dos dados. Outro ponto importante é a escolha do formato adequado de perguntas, seja fechado ou aberto, também é essencial na coleta de dados. Ainda segundo os autores, a formalidade no processo é igualmente importante, envolvendo o estabelecimento de protocolos que garantam consistência na abordagem,

⁸ Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home>. Acesso: 22 dez. 2023.

minimizando viés e assegurando a confiabilidade dos resultados. Ser um bom ouvinte é uma qualidade indispensável. Nesse processo a avaliação das perguntas contínua é essencial e o pesquisador deve estar atento à consistência dos dados, identificando possíveis inconsistências e decidindo se há necessidade de coletar informações adicionais para preencher lacunas ou esclarecer contradições (Cervo; Bervian, 1996; Gil, 1999; Marconi; Lakatos; Martins, 2003; Theóphilo, 2016).

O Quadro 3 delinea a estrutura detalhada do planejamento da coleta de dados para a pesquisa em questão.

Quadro 2 - Estrutura do planejamento da coleta de dados

Origem	Dados
Publicações nos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil (2019 a 2022).	Avaliação dos resultados obtidos pelo programa social "AABB Comunidade" durante os anos mencionados; Dados sobre os impactos financeiros-econômicos dos projetos e resultados alcançados.
Documentação relacionada ao Programa AABB Comunidade.	Exame dos projetos executados nos municípios da Região Imediata de Montes Claros; Revisão dos relatórios de atividades do programa referentes aos anos de 2019 a 2022; Documentos institucionais que esclarecem as estruturas das ações, pessoas participantes e tipos de atividades realizadas.
Comprovantes das Iniciativas Particulares do Programa	Coleta de evidências concretas que documentam as ações realizadas pelo programa "AABB Comunidade"; Investigação detalhada sobre como essas iniciativas foram implementadas e o alcance alcançado.
Entrevistas e/ou Questionários	Diálogo com membros atuantes da equipe do programa AABB Comunidade para obter perspectivas internas; Entrevistas com representantes da Fundação Banco do Brasil responsáveis pelo programa; Coleta de opiniões e experiências de beneficiários diretos e indiretos do programa; Exploração das perspectivas de outras partes interessadas relevantes, como parceiros e comunidades atendidas.
Perspectivas e Experiências	Análise das opiniões e <i>insights</i> dos participantes da pesquisa sobre o impacto da responsabilidade social corporativa; Avaliação das percepções sobre a eficácia das estratégias empresariais implementadas pelo Banco do Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

A entrevista será utilizada como uma ferramenta complementar para explorar perspectivas individuais, compreender processos complexos e obter dados qualitativos que podem enriquecer e complementar outras formas de coleta de dados em uma pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a entrevista é uma ferramenta importante para obter dados não quantitativos de pessoas ligadas ao objeto de estudo e que auxiliam na complementação da pesquisa.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (Marconi; Lakatos, 2003, p. 195).

De acordo com os autores, a entrevista é uma ferramenta que possibilita a coleta de informações e dados essenciais para esclarecer fatos em uma investigação social.

Ao reunir e analisar esses dados, a pesquisa visa oferecer uma compreensão aprofundada de como a Responsabilidade Social no Sistema Financeiro, especificamente por meio do programa "AABB Comunidade", desempenha um papel significativo como uma ferramenta estratégica de gestão para o Banco do Brasil, especialmente no que diz respeito à formulação e execução de suas estratégias empresariais.

2.4. O processamento e tratamento dos dados

O processamento e tratamento dos dados coletados durante a pesquisa serão conduzidos de maneira cuidadosa e metodológica, visando extrair informações relevantes e consolidar uma análise detalhada sobre a Responsabilidade Social no Sistema Financeiro, com ênfase no programa "AABB Comunidade" do Banco do Brasil. Abaixo estão as etapas principais deste processo:

1. Organização e Classificação dos Dados: Os dados provenientes de documentos, relatórios e divulgações, incluindo as publicações nos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil, serão organizados e classificados de acordo com categorias predefinidas, como resultados do programa, projetos executados, relatórios de atividades, entre outros.

2. Análise Documental: A análise documental envolverá uma revisão detalhada dos documentos relacionados ao Programa AABB Comunidade. Isso incluirá a avaliação crítica dos resultados do relatório executivo, identificação de padrões nas atividades realizadas, e a verificação da consistência das informações divulgadas ao longo dos anos.

3. Triagem e Seleção de Iniciativas Particulares: Os comprovantes das iniciativas particulares do programa serão triados e selecionados com base em critérios específicos, considerando a representatividade e relevância para a pesquisa. Essa etapa garantirá que as evidências escolhidas sejam as mais pertinentes para a análise.

4. Transcrição e Codificação de Entrevistas: As entrevistas realizadas serão transcritas para facilitar a análise textual. Em seguida, será feita a codificação dos trechos relevantes, identificando temas, padrões e nuances nas respostas dos entrevistados.

5. **Análise de Conteúdo:** A análise de conteúdo será empregada tanto nos documentos quanto nas entrevistas. Isso envolverá a identificação de temas recorrentes, a análise de padrões, a categorização de dados e a interpretação de significados subjacentes.

6. **Integração dos Dados:** Os dados processados serão integrados para criar uma visão holística e abrangente da Responsabilidade Social no Sistema Financeiro, relacionada ao programa estudado. Isso permitirá conexões entre as informações obtidas de diferentes fontes, proporcionando uma compreensão mais completa.

7. **Validação e Conclusões:** Durante todo o processo, serão realizadas etapas de validação para assegurar a precisão e confiabilidade dos dados. As conclusões serão tiradas com base em análises sólidas dos resultados institucionais de cada unidade da AABB na região Imediata de Montes Claros.

2.5 Limitações Metodológicas

A presente pesquisa, embora estruturada com rigor metodológico, apresenta limitações que devem ser consideradas ao interpretar seus resultados. Essas limitações referem-se à natureza dos dados utilizados, ao tamanho da amostra e aos potenciais vieses da análise qualitativa.

Dependência de Dados Secundários: A análise documental foi baseada majoritariamente nos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil (2019-2022) e outros relatórios institucionais. Esses documentos, embora confiáveis, podem conter informações padronizadas ou filtradas pela perspectiva da organização, limitando a profundidade e a imparcialidade dos dados.

Tamanho e Representatividade da Amostra de Entrevistas: A pesquisa utilizou entrevistas qualitativas com membros da equipe do programa, representantes da Fundação Banco do Brasil, beneficiários e outras partes interessadas. Contudo, o tamanho da amostra de entrevistados não foi especificado, o que pode comprometer a representatividade das perspectivas coletadas. A limitação no número de entrevistados, especialmente de beneficiários diretos (crianças, adolescentes e famílias), pode ter restringido uma compreensão mais ampla da percepção comunitária sobre o programa.

Possíveis Vieses na Análise Qualitativa: A análise de conteúdo das entrevistas e documentos é suscetível a vieses interpretativos, devido à subjetividade inerente à codificação e categorização dos dados pelo pesquisador. A ausência de triangulação com outras fontes,

como *surveys* quantitativos ou observações diretas, pode ter limitado a validação dos achados qualitativos.

Impacto da Pandemia na Coleta de Dados: A interrupção do Programa AABB Comunidade na Região Imediata de Montes Claros entre 2020 e 2024, devido à pandemia de Covid-19, restringiu a disponibilidade de dados primários recentes. Essa lacuna temporal dificultou a análise de resultados contínuos e a avaliação de impactos de longo prazo, especialmente no que tange à sustentabilidade financeira e ao engajamento comunitário.

Na sequência, serão apresentados os resultados da pesquisa e as discussões decorrentes, confrontando as informações coletadas com os objetivos e questões da investigação. Este aprofundamento permitirá não apenas verificar o cumprimento das metas estabelecidas pelo programa, mas também compreender os desafios e oportunidades associados à sua execução.

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1. Análise da Fundação Banco do Brasil (FBB)

A análise do Programa AABB Comunidade para inclusão em uma dissertação de mestrado requer uma compreensão aprofundada dos desafios, objetivos estratégicos e oportunidades descritas na pesquisa fornecida, focando nas áreas de impacto social e sustentabilidade financeira. A seguir, apresento uma avaliação descritiva detalhada, com ênfase nos elementos abordados pela Fundação Banco do Brasil e seu alinhamento com as metas estratégicas da organização.

3.1.1. Objetivos Estratégicos e Alinhamento do Programa com a Responsabilidade Social Corporativa

A Fundação Banco do Brasil (FBB) estrutura seus objetivos estratégicos em cinco pilares principais: Sociedade, Valor Compartilhado, Sustentabilidade, Processos e Pessoas. Dentro dessa estrutura, o Programa AABB Comunidade é ancorado na perspectiva da Sociedade, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade. O programa visa promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio de atividades que auxiliem no exercício da cidadania e na capacitação para o mercado de trabalho.

O alinhamento do programa com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é particularmente significativo. Por meio de um foco em ações educacionais que mobilizam competências sociais e fomentam a cultura digital, o programa contribui para que os participantes adquiram habilidades essenciais para a vida cotidiana. Essa abordagem é especialmente relevante em regiões com altos índices de vulnerabilidade, onde o apoio a essas famílias pode ter um efeito multiplicador, gerando impacto positivo no desenvolvimento social e econômico da comunidade.

3.1.2. Desafios de Implementação e Seleção de Localidades

A pesquisa destaca alguns desafios específicos na implementação do programa, com ênfase nas dificuldades encontradas na Região Imediata de Montes Claros. Em 2019, o programa foi executado satisfatoriamente na região, porém, com o impacto da pandemia de Covid-19, houve interrupções em 2020, e as atividades foram suspensas para o período de 2021-2024 devido à falta de interesse das lideranças locais em dar continuidade.

A seleção das localidades que recebem o programa é feita com base em critérios definidos, que incluem o atendimento de crianças e adolescentes de escolas públicas, de 6 a 14 anos, e em situação de vulnerabilidade. Além disso, verifica-se a existência de infraestrutura adequada nas AABBs e o comprometimento das lideranças locais. Esse último aspecto aponta para uma vulnerabilidade operacional do programa, que depende significativamente do interesse e engajamento de lideranças regionais, o que pode resultar em descontinuidade em locais onde o envolvimento não seja mantido.

3.1.3. Avaliação de Impacto Social

Embora a pesquisa forneça uma visão geral da implementação e dos objetivos, faltam detalhes sobre uma metodologia de avaliação de impacto estruturada para mensurar o efeito direto do programa nas comunidades atendidas. Indicadores de impacto social são fundamentais para sustentar uma análise completa, e poderiam incluir:

- i. Taxas de engajamento: o nível de participação dos educandos nas atividades do programa.
- ii. Indicadores educacionais: como taxas de conclusão escolar, absenteísmo e desempenho acadêmico.
- iii. Qualidade de vida e bem-estar: melhoria no acesso a serviços básicos (saúde, alimentação) e aumento na autoestima e habilidades sociais.

Esses indicadores, combinados com uma metodologia robusta, como a Teoria da Mudança ou avaliações participativas envolvendo a comunidade local, fortaleceriam a análise do impacto social do programa. Essa abordagem garantiria que os resultados sejam documentados de forma rigorosa, contribuindo para a visibilidade e sustentabilidade do programa.

3.1.4. Sustentabilidade Financeira e Estratégias para Continuidade

A sustentabilidade financeira do Programa AABB Comunidade depende de um convênio de cooperação entre a Fundação Banco do Brasil e as associações locais. No entanto, o financiamento é uma preocupação, visto que a manutenção do programa está sujeita a uma série de fatores, incluindo a atualização dos valores das despesas e a capacidade das AABBs locais em captar e gerir recursos.

Para garantir a continuidade e a sustentabilidade financeira do programa, a Fundação Banco do Brasil poderia considerar as seguintes estratégias:

- Parcerias público-privadas (PPP): A criação de colaborações com empresas locais poderia diversificar as fontes de financiamento e aumentar a capacidade de atendimento em regiões onde o financiamento é mais restrito.
- Modelos de financiamento descentralizado: As AABBs poderiam ter maior autonomia para captar recursos regionalmente, desde que sigam diretrizes e normas financeiras da FBB.
- Engajamento comunitário: Utilizar plataformas de financiamento coletivo e incentivar doações das próprias comunidades que usufruem do programa seria uma maneira de aumentar o comprometimento local com o sucesso e a continuidade do projeto.

O aspecto da sustentabilidade financeira também pode ser abordado por meio de uma gestão mais focada na qualidade dos serviços prestados, evitando uma expansão excessiva para regiões onde o suporte financeiro e operacional é incerto. Esse foco poderia resultar em uma alocação de recursos mais eficiente, priorizando locais onde o impacto pode ser maximizado com os recursos disponíveis.

3.1.5. Desafios e Oportunidades de Expansão

A expansão do programa para novas localidades enfrenta barreiras significativas. A necessidade de formalizar parcerias e captar recursos para suportar a ampliação são desafios críticos, especialmente nas cidades da Região Imediata de Montes Claros, onde apenas quatro municípios possuem convênios ativos. A ausência de uma infraestrutura adequada e o impacto de fatores externos, como os períodos eleitorais, dificultam a continuidade e expansão do programa.

Contudo, a pesquisa também identifica oportunidades para ampliar o escopo e o impacto do programa. Uma das sugestões é integrar outros públicos, como idosos, como atores culturais nas atividades. Isso não apenas diversificaria o público atendido, mas também traria uma nova

dimensão ao programa, fortalecendo o vínculo intergeracional e contribuindo para a construção de uma comunidade mais inclusiva.

3.1.6. Sustentabilidade e Futuro do Programa

A longo prazo, o sucesso do Programa AABB Comunidade depende de sua capacidade de se adaptar às novas demandas sociais e educacionais. As respostas sugerem que a Fundação Banco do Brasil planeja garantir a sustentabilidade operacional por meio do fortalecimento das parcerias e da promoção dos benefícios do programa. Uma visão de futuro baseada na transformação do público atendido e no desenvolvimento de habilidades relevantes para o mercado de trabalho é essencial para que o programa se mantenha atual e impactante.

A incorporação de novas tecnologias e metodologias educacionais é uma recomendação promissora. A introdução de projetos-piloto em áreas como habilidades socioemocionais, segurança alimentar e tecnologia poderia preparar melhor os adolescentes para desafios contemporâneos. Esse ajuste às demandas locais e ao mercado de trabalho seria especialmente relevante em regiões de alta vulnerabilidade social, onde o acesso a essas oportunidades é limitado.

3.1.7. Considerações Finais da análise da Fundação Banco do Brasil (FBB)

Em resumo, o Programa AABB Comunidade desempenha um papel vital no apoio a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Sua contribuição para o desenvolvimento social e o fortalecimento da cidadania é evidente. No entanto, o programa enfrenta desafios operacionais e financeiros que precisam ser endereçados para que sua continuidade seja viável e eficaz.

A implementação de metodologias de avaliação de impacto social, combinada com estratégias de financiamento sustentável, são passos fundamentais para maximizar o impacto do programa. Ao fortalecer a participação das lideranças locais e buscar parcerias mais diversificadas, a Fundação Banco do Brasil pode assegurar que o programa continue a gerar benefícios sociais significativos nas comunidades atendidas, contribuindo para um futuro mais inclusivo e com melhores oportunidades para as próximas gerações.

3.2. Análise da Federação Nacional das AABBs

3.2.1. Impacto Social do Programa AABB Comunidade

O impacto social de um programa como o AABB Comunidade deve ser avaliado com base em uma série de fatores que vão além dos resultados imediatos. Na pesquisa realizada, há um destaque claro para o reconhecimento das comunidades atendidas, principalmente nas localidades onde o programa é bem executado. O fato de as famílias dos educandos e as lideranças locais valorizarem o programa indica que ele exerce um papel importante na coesão social e no desenvolvimento comunitário. No entanto, a pesquisa também evidencia uma lacuna na coleta de dados regionais mais detalhados, o que limita a compreensão completa do impacto social.

3.2.2. Metodologias de Avaliação de Impacto Social

Uma análise robusta do impacto social requer uma metodologia de avaliação que vá além de percepções qualitativas e o estudo de caso foi definido como apropriado para esta pesquisa. Ele permitirá mapear as ações realizadas pelo programa e conectá-las aos resultados de curto, médio e longo prazo esperados. O foco aqui não é apenas observar os resultados imediatos, como a participação dos alunos em atividades extracurriculares ou o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, mas entender como essas atividades levam a uma transformação social duradoura.

Dentro do Estudo de Caso, propõe-se a criação de uma linha causal clara entre os seguintes elementos:

- Ações: As principais atividades do programa, como a capacitação de educadores, a realização de oficinas e o envolvimento da comunidade em ações voluntárias.
- Resultados Intermediários: Desenvolvimento de competências socioemocionais nos educandos, aumento da autoestima e melhora nas relações comunitárias.
- Impacto Final: Transformação social, incluindo a redução de desigualdades educacionais e o fortalecimento da cidadania ativa nas regiões atendidas.

3.2.3. Indicadores de Sucesso

A ausência de dados quantitativos robustos na pesquisa aponta para a necessidade de desenvolver indicadores que possam medir o impacto social de maneira mais objetiva. Algumas sugestões de indicadores que podem ser coletados ao longo do programa incluem:

Taxa de participação:

- i. O número de educandos que frequentam regularmente as atividades do programa e seu engajamento em atividades extracurriculares.
- ii. Taxa de evasão escolar: A relação entre a participação no programa e a permanência dos alunos na escola.
- iii. Iniciativas comunitárias: O número de ações de voluntariado e projetos sociais que surgem a partir da participação no programa, envolvendo educandos, famílias e escolas.

A coleta desses indicadores deve ser feita de forma contínua, com a criação de um sistema de monitoramento que permita comparações entre diferentes localidades. Isso ajudaria a mitigar a lacuna atual apontada na pesquisa, onde não há dados desagregados por microrregiões.

3.2.4. Sustentabilidade Financeira do Programa AABB Comunidade

A sustentabilidade financeira do programa é uma preocupação recorrente na pesquisa, especialmente no que diz respeito às diferenças regionais na alocação de recursos. Em algumas localidades, o programa é totalmente financiado, enquanto em outras há falta de suporte para melhorias estruturais nas AABBs. Esta variação aponta para a necessidade de uma análise mais detalhada sobre como os recursos são distribuídos e como o programa pode garantir sua continuidade a longo prazo.

3.2.5. Modelos de Financiamento e Sustentabilidade

O programa AABB Comunidade depende de um convênio de cooperação financeira entre a FENABB e as associações locais. Esse modelo de financiamento, no entanto, parece ser vulnerável às variações no interesse das lideranças locais, como mencionado na pesquisa. Isso cria um desafio para garantir a sustentabilidade financeira do programa, principalmente em regiões onde a automação bancária e a diminuição de atividades nas AABBs representam uma ameaça à continuidade do apoio.

Aqui, é essencial propor uma revisão no modelo de financiamento atual, com a adoção de estratégias que possam diversificar as fontes de receita. Uma dessas estratégias seria a criação de parcerias público-privadas (PPP), onde empresas da região poderiam apoiar financeiramente o programa em troca de benefícios fiscais ou de visibilidade social. Além disso, o uso de financiamento coletivo (*crowdfunding*) poderia ser explorado como uma forma de engajar a comunidade no suporte ao programa.

Outro aspecto importante é a gestão financeira descentralizada, onde cada AABB teria mais autonomia na captação de recursos e na gestão dos mesmos, dentro de parâmetros estabelecidos pela FENABB. Isso permitiria que as associações locais adaptassem suas estratégias de financiamento de acordo com a realidade de suas regiões, buscando recursos junto a governos locais, ONGs e outras instituições.

3.2.6. Foco na Qualidade em Detrimento da Quantidade

Uma das sugestões mencionadas na pesquisa é a priorização da qualidade em detrimento da expansão do programa para novas localidades. Essa proposta faz sentido, principalmente em um cenário de restrições financeiras. Ao focar nas regiões onde o programa já está bem estabelecido, a FENABB poderia concentrar seus esforços em melhorar a infraestrutura e a qualidade das atividades oferecidas, garantindo um impacto social mais profundo.

Isso implicaria em uma revisão dos macrocampos de atuação do programa, como também foi sugerido na pesquisa. Ao reduzir o número de áreas temáticas trabalhadas (educação, cultura, esporte, etc.), seria possível concentrar esforços em um número menor de atividades, mas que gerassem resultados mais consistentes e mensuráveis. Essa estratégia também facilitaria o processo de avaliação de impacto, uma vez que a coleta de dados seria mais focada e menos dispersa.

3.4. Desafios Regionais e Oportunidades de Expansão

A pesquisa destaca que, embora o programa tenha sido bem-sucedido em muitas localidades, como Montes Claros, há desafios específicos que precisam ser superados. O envolvimento das lideranças locais é um fator decisivo para o sucesso do programa, mas, ao mesmo tempo, é uma fonte de vulnerabilidade, uma vez que o programa depende em grande parte do interesse dessas lideranças para ser implementado de forma eficaz.

3.4.1. Desafios em Montes Claros

Na região de Montes Claros, os desafios relatados incluem tanto a falta de interesse por parte de algumas lideranças quanto barreiras estruturais, como a necessidade de melhorias nas instalações das AABBs. Essas barreiras podem ser superadas por meio de uma estratégia mais ativa de engajamento com as lideranças locais e de uma abordagem mais colaborativa com as comunidades.

Uma das formas de fortalecer essa colaboração seria a criação de comitês locais de gestão, compostos por membros da comunidade, educadores, representantes das AABBs e da FENABB, com o objetivo de discutir as necessidades locais e propor soluções. Esses comitês poderiam atuar como intermediários entre a FENABB e as comunidades, garantindo que as particularidades regionais sejam levadas em conta no planejamento e na execução do programa.

3.4.2. Considerações finais acerca da pesquisa em Montes Claros

A análise do impacto social e da sustentabilidade financeira do Programa AABB Comunidade revela que, embora o programa tenha obtido resultados significativos em diversas localidades, há espaço para melhorias, principalmente no que diz respeito à avaliação de impacto e à gestão financeira. A adoção de metodologias mais estruturadas para a avaliação do impacto social, como a Teoria da Mudança, combinada com a diversificação das fontes de financiamento, pode garantir que o programa continue a gerar benefícios sociais relevantes nas comunidades atendidas.

Propor melhorias no envolvimento das lideranças locais e na gestão descentralizada do programa são passos importantes para garantir sua longevidade e relevância. Em última análise, a sustentabilidade do programa dependerá da capacidade da FENABB e das AABBs locais de se adaptarem às mudanças sociais e econômicas, mantendo o foco na qualidade das atividades e no impacto social positivo. Com base na análise detalhada apresentada, conclui-se que o Programa AABB Comunidade exerce um papel fundamental no fortalecimento da cidadania e na promoção do desenvolvimento social nas comunidades atendidas. Apesar de enfrentar desafios operacionais e financeiros, a pesquisa evidencia o impacto positivo do programa em regiões de alta vulnerabilidade, destacando sua importância para a inclusão social. A introdução de metodologias de avaliação de impacto mais robustas, aliada a estratégias inovadoras de financiamento, pode consolidar a sustentabilidade do programa e ampliar sua eficácia. A seguir, será apresentada a conclusão deste estudo, sintetizando os principais achados e recomendações.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada sobre o impacto social e a sustentabilidade financeira do Programa AABB Comunidade oferece uma análise detalhada sobre como o programa contribui para o desenvolvimento social nas comunidades atendidas, com foco na promoção de cidadania ativa e na redução de desigualdades educacionais. O estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, o qual se mostrou adequado para mapear as ações implementadas pelo programa e entender seus efeitos em curto, médio e longo prazo. A análise permitiu uma reflexão profunda sobre a aplicação de metodologias de avaliação de impacto social, a eficácia das estratégias financeiras adotadas e os desafios enfrentados para garantir a continuidade do programa em diferentes contextos regionais.

Os resultados da pesquisa indicam que, embora o programa tenha sido bem-sucedido em várias regiões, como Montes Claros, ainda há lacunas significativas na coleta de dados quantitativos e na avaliação sistemática do impacto social. A ausência de indicadores robustos e a falta de dados desagregados por microrregiões dificultam uma análise mais precisa dos efeitos do programa nas comunidades atendidas. Essa constatação está alinhada com a literatura sobre avaliação de impacto social, que destaca a importância de dados concretos e de um acompanhamento contínuo para garantir a eficácia das ações sociais (Oliveira, 2000; Acquier *et al.*, 2011). A pesquisa sugere que a implementação de indicadores objetivos, como taxa de participação, taxa de evasão escolar e iniciativas comunitárias, pode melhorar substancialmente a avaliação do impacto social e contribuir para a criação de um sistema de monitoramento mais eficiente.

Em relação aos objetivos do estudo, a pesquisa foi bem-sucedida ao mapear as ações do programa, identificar os resultados intermediários (como o desenvolvimento de competências socioemocionais e o fortalecimento das relações comunitárias) e avaliar o impacto final, que envolve a transformação social a longo prazo. A análise revelou que, apesar de desafios estruturais e financeiros, o programa tem alcançado resultados significativos, principalmente no fortalecimento da autoestima dos educandos e na melhoria das relações entre os membros da comunidade. Esses achados corroboram as ideias de Carroll (1999) e Bowen (1953), que destacam a importância dos programas sociais para a promoção da inclusão e do fortalecimento da cidadania, elementos essenciais para o desenvolvimento social sustentável.

A pesquisa também abordou a sustentabilidade financeira do programa, um aspecto crucial para sua continuidade e expansão. O estudo apontou que, em algumas localidades, o programa enfrenta dificuldades devido à falta de recursos e à dependência do apoio das

lideranças locais, que nem sempre demonstram interesse contínuo. A literatura sobre modelos de financiamento de programas sociais, como os discutidos por Tenório (2004) e Acquier *et al.* (2011), enfatiza a necessidade de diversificação das fontes de financiamento e a adoção de estratégias mais robustas para garantir a sustentabilidade dos programas sociais a longo prazo. Nesse sentido, a pesquisa sugeriu a criação de parcerias público-privadas (PPP) e a utilização de financiamento coletivo (*crowdfunding*) como possíveis soluções para fortalecer a sustentabilidade do programa. A descentralização da gestão financeira, permitindo que as AABBs locais tenham mais autonomia na captação de recursos, também foi identificada como uma estratégia promissora para aumentar a resiliência financeira do programa.

Outro ponto relevante identificado pela pesquisa foi a necessidade de priorizar a qualidade das atividades do programa em vez de buscar sua expansão para novas localidades. Essa recomendação está em consonância com a literatura sobre gestão de programas sociais, que defende que, em contextos de restrição de recursos, a concentração de esforços nas regiões onde o programa já está consolidado pode gerar um impacto mais significativo e duradouro. A pesquisa apontou que a redução do número de áreas temáticas abordadas pelo programa, como educação, cultura e esporte, pode resultar em atividades mais focadas e com resultados mais mensuráveis. Essa abordagem também facilitaria a avaliação do impacto, tornando o processo de coleta de dados mais eficiente e menos disperso, o que está alinhado com as sugestões de Bowen (1953) sobre a importância de avaliar de maneira clara e objetiva os resultados dos programas sociais.

Em resposta ao problema central da pesquisa, que questionava como o Programa AABB Comunidade pode melhorar seu impacto social e garantir sua sustentabilidade financeira, os resultados indicaram que o programa tem um papel fundamental no fortalecimento da cidadania e na promoção do desenvolvimento social, mas que, para aumentar sua eficácia, é necessário um aprimoramento nas metodologias de avaliação de impacto e uma revisão do modelo de financiamento. A pesquisa mostrou que a implementação de uma abordagem mais estruturada, como a Teoria da Mudança, poderia proporcionar uma visão mais clara dos resultados esperados e das ações necessárias para alcançá-los. Além disso, a diversificação das fontes de financiamento e a implementação de práticas de gestão financeira descentralizada são medidas que podem contribuir para garantir a continuidade do programa.

Por fim, a pesquisa atingiu seus objetivos ao identificar os principais desafios enfrentados pelo programa, ao destacar as oportunidades de melhoria e ao propor soluções práticas. No entanto, algumas limitações foram encontradas, especialmente no que diz respeito à falta de dados detalhados sobre o impacto social nas microrregiões e à necessidade de uma maior colaboração

entre as AABBs e as lideranças locais. Para futuras pesquisas, seria interessante investigar mais a fundo as metodologias de avaliação de impacto, como a Teoria da Mudança, e explorar novas formas de financiamento, como parcerias com empresas locais e *crowdfunding*, para fortalecer a sustentabilidade do programa.

Portanto, os achados desta pesquisa contribuem significativamente para a compreensão do impacto do Programa AABB Comunidade e oferecem recomendações práticas que podem ser adotadas para aprimorar a gestão e a eficácia do programa, garantindo que ele continue a gerar benefícios sociais relevantes nas comunidades atendidas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AABB COMUNIDADE. Programa AABB Comunidade. Disponível em: <https://aabbcomunidade.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2023

ACQUIER, A.; GOND, J.; PASQUERO, J. *Rediscovering Howard R. Bowen's Legacy: The Unachieved Agenda and Continuing Relevance of Social Responsibilities of the Businessman*. [S.L]. *Business & Society*, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0007650311419251>>. Acesso: 21 dez. 2023.

ALVES, R, R. **ESG: O presente e o futuro das empresas**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2023.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 2001.

ATKINSON, A, B. **Desigualdade: o que pode ser feito? Tradução**, Elisa Câmara. São Paulo: Editora Leya, 2015.

AUPPERLE, K, E; CARROLL, A, B; HATFIELD, J, D. *An empirical examination of the relationship between corporate social responsibility and profitability*. [S.I] *Academy of Management Journal*, 1985.

BAZZANELLA, A; TAFNER, E, P; DA SILVA, E; MÜLLER, A, J. (Org.). **Metodologia científica**. Indaial: Uniasselvi, 2013. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=14440>>. Acesso: 12 dez. 2023.

BERTONCELLO, S, L, T; CHANG JÚNIOR, J. **A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação**. Artigo. Salvador: Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2007. Disponível em: https://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/silvio.pdf>. Acesso: 06 dez. 2023.

CARLOS, M. G. O.; MORAIS, D. O. C. **Responsabilidade Social em Instituições financeiras e investimentos responsáveis em tempos de pandemia**. Novo Hamburgo: Gestão e Desenvolvimento, v. 18, n. 2, mai-ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v18i2.2489>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/2489/2862>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

CARRERA, L. *Corporate social responsibility. A strategy for social and territorial sustainability. Article*. [S.L] *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 2022. Disponível em: <https://jcsr.springeropen.com/articles/10.1186/s40991-022-00074-0>>. Acesso: 19 dez. 2023.

CARROLL, A, B. *Carroll's pyramid of CSR: taking another look*. *International Journal of Corporate Social Responsibility*. [S.L] Springer Open, 2016. Disponível em:

<<https://jcsr.springeropen.com/articles/10.1186/s40991-016-0004-6>>. Acesso: 14 dez. 2023.

CARROLL, A. B. *A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance*. [S.L] *Academy of Management*, 1979. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/257850>>. Acesso: 20 dez. 2023.

CARROLL, A. B. *Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct*. [S.L] *Business and Society* SAGE, 1999. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000765039903800303>>. Acesso: 20 dez. 2023.

CARROLL, A. B. *The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders*. [S.L] *Business Horizons*, 1991. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/000768139190005G>>. Acesso: 20 dez. 2023.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O BRASIL (UNIC Rio). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso: 19 dez. 2023.

CERVO, A, L; BERVIAN, P, A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996.

CHAVES, D, A. **Responsabilidade Social e as Instituições Bancárias**. Artigo. Rio de Janeiro: VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010. Disponível em: <[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/317_SEGET%20-20%20Resp.%20Social%20\(Aprovado\).pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/317_SEGET%20-20%20Resp.%20Social%20(Aprovado).pdf)>. Acesso: 22 dez. 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DAHLSTRUD, A. *How corporate social responsibility is defined: An analysis of 37 definitions*. *Research Article*. [S.L] Wiley online Library, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1002/csr.132>. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/csr.132>>. Acesso: 22 dez. 2023.

DE BENEDICTO, Sara Cristina. **A Responsabilidade Social das Empresas: uma relação estreita com a educação**. 2002. 50 f. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Departamento de Educação, Lavras, 2002.

DOSI, G. *Technical Change and Industrial Transformation*. London: Macmillan, 1984.

DRUCKER, P, F. *Converting Social Problems into Business Opportunities: The New Meaning of Corporate Social Responsibility*. *California Management Review*. Berkeley: Edição do Inverno, 1984.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo: Editora Pioneira, 1987.

DUPRAT, C. C. **A empresa na comunidade: um passo-a-passo para estimular sua participação social**. Editora Global, 2005.

FEDATO, M, C, L. **A partir do agravamento dos problemas sociais, as empresas passaram a compreender que a filantropia não poderia ser apenas uma opção, mas sim uma obrigação ética. Essa percepção tornou-se evidente pelo aumento das discussões nos meios de comunicação e em outros espaços públicos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-24072006-161703/publico/FEDATO_ResponsabilidadeSocialCorporativa.pdf>. Acesso: 20 dez. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS (FEBRABAN). Disponível em: <<http://www.febraban.com.br>>. Acesso: 23 dez. 2023.

FREEMAN, R, E. *A Stakeholder Theory of the Modern Corporation*. Charlottesville: University of Virginia, 1994. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/document/doi/10.3138/9781442673496-009/html>>. Acesso: 20 dez. 2023.

FREEMAN, R, E. *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M. *The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits*. New York: *The New York Times*, 1970. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7595265/mod_resource/content/1/FRIEDMAN%20C%20Milton.%20A%20Friedman%20doctrine%20The%20social%20responsibility%20of%200business%20is%20to%20increase%20its%20profits%20%5Btradu%C3%A7%C3%A3o%20livre%5D.pdf>. Acesso: 20 dez. 2023.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Por que a responsabilidade social é importante para as empresas?** [S.L]: 24/08/2023. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/noticias/responsabilidade-social-importante-para-empresas>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FUNDAÇÃO AVSI. **A empresa como fator de desenvolvimento do território: Responsabilidade social e terceiro setor. Regulamentação legislativa da responsabilidade social corporativa, conceitos e legislação**. 2 ed. Belo Horizonte: Fundação AVSI, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nFU59>>. Acesso: 22 dez. 2023.

FUNDAÇÃO ETNOR. *Guía de la responsabilidad social de la empresa*. Valencia, 2017. Disponível em: <https://www.etnor.org/wp-content/uploads/2017/02/pub_guia-rse.pdf>. Acesso: 03 dez. 2023.

GARCIA, J. **O negócio do social**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, v. I, 2004.

GARCIA, J. **O social como negócio das empresas**. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Rio de Janeiro: CFESS, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRIESSE, M. **Ética Empresarial e Responsabilidade Social Corporativa à Luz da Teoria de Julgamento Moral, de Lawrence Kohlberg**. Piracicaba: Impulso, 2003.

INMETRO. **Site Institucional**. [S.L], 2014. Disponível em: <www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/index.asp>. Acesso: 20 dez. 2023.

INSTITUTO ETHOS. **Perguntas e respostas**, [S.L] Site Institucional. 2013. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/>>. Acesso em: 21 dez. 2023.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas. Parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)**. 2003. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/7Responsabilidade-Social-Empresarial-para-Micro-e-Pequenas-Empresas_Passo-a-Passo-2003.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2024.

IUDÍCIBUS, S, D; MARTINS, E; GOLBCKE, E. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JONES, T. M. *Corporate social responsibility revisited, redefined*. [S.L] California *Management Review*, 1980.

KÖCHE, J, C. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

KOTLER, P; LEE, N. *Corporate Social Responsibility: Doing the Most Good for Company and Your Cause*. [S.L] *Scientific Research and Academy Publisher*, 2005. Disponível em: <<https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3189881>>. Acesso: 22 dez. 2023.

KUMAR, V.; CHRISTODOULOPULOU, A. *Sustainability and branding: An integrated perspective*. [S.L]: *Industrial Marketing Management*, v. 43, Issue 1, p. 6-15, Jan. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.indmarman.2013.06.008>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0019850113001260?via%3Dihub>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

LEAL FILHO, W.; TREVISAN, L. V.; EUSTACHIO, J. H. P. P.; RAMPASSO, I. S.; ANHOLON, R.; PLATJE, J.; WILL, M.; DONI, F.; MAZHAR, M.; BORSATTO, J. M. L. S.; MARCOLIN, C. B. *Assessing ethics and sustainability standards in corporate practices*.

[S.L]: *Social Responsibility Journal*, v. 20, n. 5, p. 880-897, 2024. DOI 10.1108/SRJ-03-2023-0116. Disponível: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/SRJ-03-2023-0116/full/pdf?title=assessing-ethics-and-sustainability-standards-in-corporate-practices>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MACÊDO, N. M. **Considerações acerca da Responsabilidade Social Empresarial: um estudo a partir de sua evolução histórica.** [S.L] SEGeT Gestão da Tecnologia para a competitividade, 2013.

MACGREGOR, S. P.; FONTRDONA, J. *Exploring the fit between CSR and Innovation, working paper.* [S.L]. Madrid: IESE Business School, University of Navarra. 2008. Disponível em: <<https://www.iese.edu/media/research/pdfs/DI-0759-E.pdf>>. Acesso: 22 dez. 2023.

MARCONI, M, D A; LAKATOS, E, M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, A, S, R; QUINTANA, A, C; JACQUES, F, V, S; MACHADO, D, P. **O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande.** Florianópolis: Revista Contemporânea de Contabilidade, 2013. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017395.pdf>>. Acesso: 23 dez. 2023.

MARTINS, G, A; THEÓFILO, C, R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3 ed. São Paulo: Atlas. 2016.

MARTINS, J. P.; SANTOS, G. P. **Metodologia da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 2003.

MAXIMIANO, A, C. **Introdução à Administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

MAZZUCATO, M. *The Entrepreneurial State: Debunking the Public Vs. Private Myth in Risk and Innovation.* Anthem Press: London, UK, 2013.

MELO NETO, F, P, de; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor.** 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENDONÇA, A, W. **Metodologia para Estudo de Caso.** Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça: Unisul Virtual, 2014.

MILANI FILHO, M. A. F. **Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: entre o discurso e a evidência.** [S.L] Revista Contabilidade & Finanças, 2008.

MORCELLI, A, T; ÁVILA, L, V. **Responsabilidade Social.** Ebook, Universidade Federal

do Mato Grosso do Sul. Santa Maria: Colégio Politécnico, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/prp/Downloads/ResponsabilidadeSocial-Livro.pdf>. Acesso: 13 dez. 2023.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Textos de Economia Contemporânea.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965. Disponível em: <<https://institutomyrdal.files.wordpress.com/2015/03/teoria-econoc3b4mica-das-regic3b5es-subdesenvolvidas.pdf>>. Acesso: 21 dez. 2023.

NELSON, R. *Institutions Supporting Technical Advance in Industry.* [S.L] *American Economic Review*, vol. 76, 1986. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/jtS01>>. Acesso: 22 dez. 2023.

OCDE. **Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável.** Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/diretrizes-da-ocde-para-empresas-multinacionais-sobre-conduta-empresarial-responsavel-663b7592-pt.htm>>. Acesso: 21 dez.

OLIVEIRA, F. R. M. **Relações públicas e a comunicação na empresa cidadã.** São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, M. M. F. **A importância do programa AABB Comunidade na vida social e educativa de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social do município de Delmiro Gouveia - AL.** Delmiro Gouveia: Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2019. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6282>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

PACTO GLOBAL. **Rede Brasil.** [S.L] ESG, 2023. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>>. Acesso: 05 de. 2023.

PARETO, V. *Manual of Political Economy.* [S.L] *Translation of French edition from 1927.* Augustus M. Kelley, 1971.

PERRET, N; JUNQUEIRA, L. **Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais.** Reuna, 2011.

PERSEGUINI, A. S. (Org.). **Responsabilidade Social.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. (Coleção Bibliografia Universitária Pearson).

PFAJFAR, G.; SHOHAM, A.; MAŁECKA, A.; ZALAZNIK, M. *Value of corporate social responsibility for multiple stakeholders and social impact – Relationship marketing perspective.* [S.L]: *Journal of Business Research*, v. 143, p. 46-61, Apr. 2022. DOI:<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.01.051>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296322000613>>. Acesso em: 12 mai. 2024.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 8 ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2013.

PINHEIRO, L. B. G.; PINHEIRO, B. G.; PAIVA, L. E. B. **Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro: Uma análise de empresas listadas na B3**. [S.L]: Revista Brasileira da Ciência Contábil, v. 22, p. 1-19, e3381, 2023. DOI: 10.16930/2237-7662202333811. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/72404/responsabilidade-social-corporativa-e-desempenho-financeiro--uma-analise-de-empresas-listadas-na-b3>>. Acesso em 13 mai. 2024.

PRB. **Principles for Responsible Bank**, 2020. Disponível em: <<https://www.unepfi.org/banking/bankin-gprinciples/>>. Acesso: 22 dez. 2023.

PRI. **Principles for Investors in Inclusive Finance**, 2011. Disponível em: <<http://www.unpri.org/fi-les/2012.05.02%20>>. Acesso: 22 dez. 2023.

REIS, C. N. **A responsabilidade social das empresas: O contexto brasileiro em face a ação consciente ou do modernismo do mercado?** Rio de Janeiro: Revista de Economia Comtemporânea, v. 11, n. 2, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482007000200004>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/rWpSZz36LrP58Pxc9ncmGVB#ModalTutors>>. Acesso em: 13 mai 2024.

ROBBINS, S. P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RUTESKI, D. **A importância da Responsabilidade Social na Economia Global**. Blumenau: Revista Interdisciplinas Científica Aplicada, 2013. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17743>>. Acesso: 20 dez. 2023.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAI. **Social Accountability International**. Responsabilidade Social 8000. New York: Social Accountability International, 2014. Disponível em: <https://sa-intl.org/wp-content/uploads/2020/01/SA8000-2014_Portuguese.pdf>. Acesso: 20 dez. 2023.

SALVINO, T. V. F. **Trabalho de Conclusão de Curso de Administração da Universidade de Brasília, 2015**. Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11737/1/2015_ThalesVictorFongSalvino.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2024.

SANTOS, E, R. **Responsabilidade social ou filantropia**. Revista FAE Business, Curitiba, 2004. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16570179863950246.pdf>>.

Acesso: 21 dez. 2023.

SANTOS, L; BRAGA, E; SANTOS, V, S; BRAGA, R, D, S; MARIA, A. **Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional**. Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 2, núm. 1. Canoinhas: Universidade do Contestado Canoinhas, 2012.

SCHUMPETER, J, A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, C, R. **Metodologia da Pesquisa**. 2 ed. Florianópolis: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina / IFSC, 2011.

SOARES, G, M, D, P. **Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?**. RAE eletrônica, 2004.

SROUR, R. **Ética Empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STADLER, A.; ARANTES, E. C.; HALICKI, Z. **Empreendedorismo e responsabilidade social**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2014.

TAYLOR, I. **Responsible government and responsible business: the challenge of harnessing CSR in a new epoch**. [S.L]. *Articles, International Journal of Corporate Social Responsibility*, 2023. Disponível em: <<https://jcsr.springeropen.com/articles/10.1186/s40991-023-00083-7>>. Acesso: 20 dez. 2023.

TENÓRIO, F, G. **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TOMEI, P, **Responsabilidade Social de Empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas, 1984.

UNEPFI. **United Nations Environment Programme Finance Initiative**. Disponível em: <<http://www.unepfi.org/investment/pri/>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Guiding Principles on Business and Human Rights**. New York and Genebra: United Nations, 2011. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/guidingprinciplesbusinesshr_en.pdf>. Acesso: 20 dez. 2023.

VARIAN, H, R. **Microeconomia: Uma abordagem moderna**. 9 ed. São Paulo: Editora Gen

Atlas, 2015.

WARTICK, S.; COCHRAN, P. *The evolution of corporate social performance model*. Academy of Management Review, 1985. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/258044>> . Acesso em: 20 dez. 2023.

WINTER, S, G. “*Schumpeterian Competition in Alternative Technological Regimes*”. [S.L] *Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 5, 1984.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANITELLI, L. M. **Capitalismo brasileiro e Responsabilidade Social Empresarial**. Florianópolis: Sequência Estudos Jurídicos e Políticos, n. 66, p. 83-112, jul. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v34n66p83/25061>>. Acesso em 07 mai. 2024.

ZHAO, Y.; ABBAS, M.; SAMMA, M.; OZKUT, T.; MUNIR, M.; RASOOL, S. F. *Exploring the Relationship Between Corporate Social Responsibility, Trust, Corporate Reputation, and Brand Equity*. [S.L]: *Frontiers in Psychology*, v. 12, 2021. DOI: 10.3389/fpsyg.2021.766422. Disponível: <<https://www.emerald.com/insight/search?q=Relationship+between+companies+and+society>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

ANEXO A

Estrutura do Relatório Técnico Conclusivo.

Tópico	Descrição
Introdução	Contextualização do tema; Objetivos da pesquisa; Visão geral da estrutura do relatório.
Metodologia	Descrição dos métodos de pesquisa utilizados; Detalhamento dos procedimentos de coleta e análise de dados; Considerações sobre a seleção da amostra e outras questões metodológicas.
Resultados	Apresentação dos principais resultados obtidos na pesquisa; Análise dos dados sobre o impacto do programa "AABB Comunidade" na Região Imediata de Montes Claros; Análise dos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil entre os anos de 2019 e 2022.
Discussão	Análise aprofundada dos resultados e suas implicações; Reflexão sobre a integração da Responsabilidade Social na estratégia da organização; Avaliação da eficácia do programa "AABB Comunidade" em nível local; Abordagem das objeções identificadas e da percepção dos <i>stakeholders</i> .
Recomendações	Sugestões estratégicas para futuras ações e investimentos; Diretrizes para aprimorar os resultados e o impacto do programa "AABB Comunidade"; Considerações sobre o aprimoramento dos Balanços Sociais da Fundação Banco do Brasil.
Conclusão	Síntese dos principais pontos abordados no relatório; Enfatização da importância dos resultados obtidos e das recomendações propostas; Perspectivas para futuras pesquisas e ações no campo da Responsabilidade Social da Fundação Banco do Brasil.

Fonte: Elaboração própria.